



Ministério da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

Processo 01498.000973/2024-42

Torna-se público que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio de sua Superintendência Estadual em Pernambuco, sediado à Rua Floriano Peixoto, 160, São José - Recife /PE, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Eventuais diferenças entre o Termo de Referência e este edital, prevalecerão a deste último.

CONTRATANTE (UASG) (343005) IPHAN - 5A. COORDENACAO REGIONAL NO RECIFE

Número da Contratação

Data da sessão: 29/06/2026

Horário: 10h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Critério de Julgamento: Menor preço

Regime de Execução: Contratação semi-integrada

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos executivos e execução da obra de restauração do bem tombado nacional CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE, situado na Avenida da Liberdade, nº258, no bairro do Carmo, no município do Olinda-PE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

| Item | Descrição  | CATSER | Quantidade | Valor Total Estimado (R\$)   |
|------|--|--------|------------|--|
| 1    | Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do pertencente ao bem tombado "Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda", CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE | 5622   | 1          | <b>R\$ 4.582.236,81</b><br><b>(quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e duzentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos)</b> |

1.2. Os serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços especiais de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A licitação será realizada em único item.

1.4. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado

Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.1.11 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.11 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.11 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.11 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício .

3.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

3.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

- 3.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 3.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total do item;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.17.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 5.17.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 5.17.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.17.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do

modo de disputa aberto e fechado.

5.17.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.9.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.9.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.9.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho , nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025regulamento;

5.17.9.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

5.17.10. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.10.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.10.2. empresas brasileiras;

5.17.10.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.10.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ( IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10 % (dez) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, bem como o cumprimento do disposto no Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 com relação à reserva de cargos para mulheres vítimas de violência doméstica.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, devendo o agendamento ser realizado por meio do endereço eletrônico: [administrativa.pe@iphan.gov.br](mailto:administrativa.pe@iphan.gov.br).

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.15. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

7.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame; Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.1.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.1.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.2.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.4. fraudar a licitação;

9.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. **Na aplicação da sanção de multa, os percentuais serão aqueles estipulados na tabela de Infrações Administrativas e Sanções constante no Anexo III deste Edital.**

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9.1. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

9.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao.pe@iphan.gov.br](mailto:licitacao.pe@iphan.gov.br).
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 10.7. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.8. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **11. DO TERMO DE CONTRATO**

- 11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 11.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
- a.1.3 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
  - a.2.3 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*
  - a.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
- 11.5. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 11.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 11.7.1. A existência de registro no CadIn constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e por meio do endereço eletrônico do Iphan: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/iphan-sede>.

11.11. Por motivo de impossibilidade de anexação ao PDF, os anexos Anexo VIII - Projetos Básicos (7133358) e Anexo IX - Planilha Orçamentária e Correlatos (7133364) estarão disponíveis para acesso através do SEI, juntamente com todo o processo, no seguinte endereço [www.sei.iphan.gov.br/pesquisapublica](http://www.sei.iphan.gov.br/pesquisapublica).

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II. Declaração de indicação de profissionais

ANEXO III. Atestado de Visita Técnica

ANEXO IV. Modelo de Planilha de Proposta Comercial

ANEXO V. Estudo Técnico Preliminar

ANEXO VI. Matriz de Riscos

ANEXO VII. Minuta de contrato

ANEXO VIII. Projetos Básico

# **ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### CONTRATAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E OBRA DE RESTAURAÇÃO DO CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE

Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do pertencente ao bem tombado “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda”, CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE, situado na Avenida da Liberdade, nº258, no bairro do Carmo, no município do Olinda-PE, para adequação do imóvel para abrigar o Centro de Memória.

#### 1. Condições Gerais da Contratação

- 1.1. Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do bem tombado nacional CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE, situado na Avenida da Liberdade, nº258, no bairro do Carmo, no município do Olinda-PE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNID. | QTD | VALOR TOTAL  |
|------|---|--------|-------|-----|--|
| 1    | Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do bem tombado nacional CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE, situado na Avenida da Liberdade, nº258, no bairro do Carmo, no município do Olinda-PE | 5622   | un    | 1   | R\$ 4.582.236,81<br>(quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e duzentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos) |



- 1.2. O objeto da contratação tem a natureza de **obras e serviços especiais de engenharia**, conforme definido no inciso XXI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual contado da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. Definições / Informações Essenciais da Contratação.
  - 1.5.1. CONTRATANTE: Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Pernambuco.
  - 1.5.2. Imóvel: bem tombado nacional “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda”, CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE.
  - 1.5.3. Regime de Contratação: Contratação Semi-integrada.
  - 1.5.4. Forma de Execução da Licitação: Eletrônica.
  - 1.5.5. Modo de Disputa: Aberto e Fechado
  - 1.5.6. Código de Serviço de Engenharia: Serviços de Engenharia - Código 5622
- 1.6. Justificativa para não divisão em lotes
  - 1.6.1. O parcelamento não é tecnicamente viável, opta-se pelo não parcelamento (ou divisão) do objeto da contratação, por se tratar de intervenções de restauração em bem imóvel tombado, para as quais não se verifica necessidade da divisão do objeto em lotes ou parcelas. A adoção de lote único deverá proporcionar ganho de escala na instalação e mobilização dos equipamentos, pessoal alocado, na segurança da intervenção e na garantia da preservação do patrimônio histórico.
  - 1.6.2. Por outro lado, por tratar-se de contratação semi-integrada, a qual a CONTRATADA é responsável por elaborar e desenvolver os projetos

executivos e executar obras e serviços de engenharia, a divisão em lotes colocaria em risco a uniformidade dos procedimentos.

- 1.6.3. Destarte, conforme consta da Lei nº 14.133/21, art. 15, será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio. Logo, nesta licitação será acolhida a possibilidade de consórcio, com constituição limitada a até 02 (duas) empresas. A participação de consórcio envolvendo 1 (uma) empresa de “projeto técnico” e 1 (uma) empresas de “construção” deverá resultar em reforço na capacidade técnica e financeira do licitante, possibilitando a participação de empresas regionais com aumento na competitividade.
- 1.6.4. A limitação na quantidade de componentes dos Consórcios, com fulcro no § 4º do art. 15, da Lei n.º 14.133/21, decorre de análises técnicas prévias à licitação, tendo por base o objeto da licitação, o qual apresenta um elevado grau de complexidade e ao fato de que a permissão indiscriminada de consorciados coloca em risco a competitividade do processo, uma vez que um consórcio poderia reunir inúmeras empresas com vistas a demonstrar sua capacidade técnica profissional, ocasionando a redução drástica do número de licitantes no certame, retirando o caráter competitivo por consequência. Ademais, a limitação evita, também, o fracionamento excessivo de responsabilidades, favorecendo a excelência na qualidade do serviço e facilitando a fiscalização da contratada pela Administração.
- 1.6.5. Participação de cooperativa: A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 1.6.6. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 1.6.7. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 1.6.8. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 1.6.9. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 1.6.10. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; iv) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; v) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e vi) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação**

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares e anexos deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- 2.3. ID PCA no PNCP: 26474056000171-0-000025/2026
- 2.4. Data de publicação no PNCP: 06/02/2026
- 2.5. Id do item no PCA: 91

- 2.6. Classe/Grupo: 964 - SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO E RELACIONADOS COM MUSEUS
- 2.7. Identificador da Futura Contratação: 343005-6/2026
- 2.8. Número do Documento de Formalização da Demanda: 8/2026
- 2.9. Justificativa da Contratação

Trata-se da necessidade de contratação de serviços técnicos especializados visando à elaboração de projetos executivos de arquitetura, projetos complementares, projeto de museográfico com base nas premissas técnicas e conceituais do projeto básico existente, promovendo as adequações, complementações e detalhamentos necessários à consolidação, voltados à recuperação e requalificação do Casarão Hermann Lundgren de extrema relevância histórica, cultural e simbólica no município de Olinda.

O interesse de requalificação do imóvel denominado Casarão Hermann Lundgren, atualmente em estado de arruinamento, situado na Avenida da Liberdade, nº 253, Carmo, Sítio Histórico Olinda - PE, 53020-030. O imóvel em questão este inserido no Polígono de Tombamento do município de Olinda, localizando-se no Setor B Area Urbana de Preservação Ambiental -- mais especificamente no Subsetor B Varadouro e Carmo, segundo a Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/79.



Figura1: Localização do terreno.

O casarão encontra-se atualmente em estado de deterioração, necessitando de adequações. A ausência de estudos técnicos aprofundados e a inexistência de projetos executivos inviabilizam a realização de intervenções restaurativas com embasamento técnico adequado e comprometem sua conservação e uso.

A contratação dos serviços visa atender à necessidade de orientar futuras obras de restauração do espaço, que será destinado a usos culturais e de valorização do patrimônio, incluindo a implantação do Centro de Memória de Olinda-PE em projeto em parceria com a OCBPM- Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM).

O conjunto dessas iniciativas visa, além da preservação física do bem, à sua ressignificação enquanto espaço de memória, educação patrimonial e fortalecimento da história brasileira. Trata-se, portanto, de ação de interesse público e relevância

nacional, cuja viabilidade técnica e patrimonial exige o desenvolvimento coordenado e qualificado dos projetos técnicos necessários.

Diante desse contexto, a contratação ora proposta tem como objetivo viabilizar a elaboração de estudos técnicos e desenvolvimento dos projetos executivos, a partir do projeto básico já desenvolvidos, para a intervenção da restauração arquitetônica e dos bens integrados, bem como a execução da obra propriamente dita.

## **CONTEXTO HISTÓRICO**

Olinda nasceu no século XVI a partir de uma colina de onde a visão se projeta sobre o oceano. A escolha desta elevação deu-se por razões estratégicas, pois do alto era mais fácil a visão de piratas vindo pela costa em busca de riquezas naturais. Lá foi instalada a sede do primeiro governo da capitania de Pernambuco.

A topografia favoreceu o surgimento de igrejas, conventos, seminários e casario nas suas colinas, onde se construíram os primeiros núcleos urbanos. O primeiro núcleo habitacional de Olinda formou-se em torno da área mais tarde tombada sob a denominação de Sítio Histórico. Até 1979 esta área limitava-se a apenas 1,5Km<sup>2</sup>, mas através da notificação nº1.115 do Ministério da Educação e Cultura, foi ampliada para 10,4Km<sup>2</sup>, sendo hoje uma das maiores do país, conforme política de preservação adotada.

Por sua importância no cenário nacional, todo o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Olinda foi tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional, em 19 de abril de 1968, sendo inscrito sob o nº 44 do livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 412 do livro Histórico; sob o nº 487 das Belas Artes.

Em 4 de junho de 1979, foi seu perímetro urbano inscrito, sob o nº75, no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 26 de novembro de 1980, Olinda foi erigida a Monumento Nacional pela Lei nº 6863. Em 1982, foi reconhecida pela UNESCO como Cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

A cidade possui área total de 40,83m<sup>2</sup>, da qual 34,54 urbana e 6,29 rural. O Bairro do Carmo, onde está localizado o casarão, situa-se no Sítio Histórico e está limitado pelos bairros do Varadouro, Amparo, Bonsucesso, Amaro Branco e Bairro Novo.

Na primeira metade do século XIX, houve refinamento da arquitetura residencial, quando surgiram as casas de porão alto, representando uma transição entre as térreas e os sobrados. Esta nova forma de implantação permitia aproximar as residências da rua, sem o contato direto, como na casa térrea. A presença de porões era denunciada pelos óculos ou seteiras com gradis de ferro.

Com a decadência do trabalho escravo, na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se o trabalho remunerado e aperfeiçoaram-se as técnicas construtivas e as instalações hidráulicas. É nessa época também que surgem as casas urbanas com novos esquemas de implantação, afastando-se dos vizinhos, geralmente com jardins laterais, constituindo uma fusão das duas tradições: a das chácaras e a dos sobrados.

Segundo certidão expedida pelo Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro Geral de Imóveis, o documento mais antigo encontrado sobre o casarão datado de 03 de julho de 1925, ele possui as seguintes características e confrontações: “chácara de tijolo e cal, coberta com telhas, edificada em solo próprio sob o número duzentos e oitenta e cinco à Praça da Abolição ou Avenida da Liberdade, desta cidade, medindo dezessete metros de largura e dezoito metros e cinquenta centímetros de comprimento, tendo na frente uma porta e seis janelas, no oitão do lado nascente três janelas e uma porta, e no oitão do lado poente três janelas e uma porta, frente murada com gradil e portão de ferro, medindo nesta parte setenta e seis metros e cinquenta centímetros, dividida internamente, com três salas e seis quartos e externamente, cozinha, despensa, sala de copa e quarto com aparelho sanitário e no porão três salas e seis quartos, tendo ainda um portão de madeira que dá saída para uma travessa que vai da Praça da Abolição para a Rua do Bonfim, quintal todo murado.”

Com base nos registros obtidos, supõe-se que a edificação possuiu três usos distintos: residência, hospital e escola de música. E para os dois últimos sofreu adaptações e acréscimos.

Em 03 de julho de 1925, o Coronel Arthur Hermann Lundgren, um dos donos da fábrica de tecidos do Paulista, à época distrito de Olinda, e ex-prefeito da cidade, adquiriu o casarão através de carta de arrematação judicial, doando-o ao Município para nele ser instalado o Hospital Municipal.

A segunda fase da edificação é iniciada para abrigar o Hospital denominado Hermann Lundgren, em homenagem ao pai do doador, e vem a ser inaugurado com responsabilidade administrativa da Prefeitura, sendo seu diretor, o Dr. Martiniano Fernandes. Segundo a revista “A Pilheira” de abril de 1926, este era composto de sala de enfermaria para homens e sala de enfermaria para mulheres (em um total de 16 leitos), sala de cirurgia e curativos, ambulatório e laboratório.

Acredita-se que, posteriormente, o referido Hospital tenha sido desativado, uma vez que o decreto nº54, de 09 de fevereiro de 1933, do Prefeito do Município de Olinda estabeleceu em suas considerações, que a cidade não poderia prescindir de um serviço regular de assistência hospitalar, que o Município possuía por doação que lhe foi feita pela família Hermann Lundgren um prédio dotado de instalações apropriadas a um estabelecimento hospitalar, onde já havia funcionado um hospital, sugerindo a reabertura do Hospital Hermann Lundgren.

Através do decreto citado acima, o Hospital foi reaberto e definitivamente instalado sob a responsabilidade administrativa da Prefeitura de Olinda, e técnica, do Departamento de Saúde Pública do Estado, conforme contrato assinado por esses órgãos e pela Companhia de Tecidos Paulista. Nesse contexto ele passou a ser o Hospital Regional Hermann Lundgren.

Em 1966, o Governo do Estado concluiu as obras no terreno do imóvel de uma maternidade anexa ocupando aproximadamente 400 metros quadrados e



comunicando-se com o Hospital através de passarela que ligava ao pavimento superior da nova edificação.

O casarão funcionou como Hospital até a década de 70 do século XX e a maternidade até o início dos anos 80 quando foi transformada em Centro de Tratamento de Veneropatias.

Em 1983, durante a gestão do Prefeito José Arnaldo, o imóvel foi cedido em comodato, por 10 anos, para instalação da Fundação Centro de Criatividade Musical de Olinda, dirigida pelo maestro Geraldo Menucci. Atualmente, o casarão tem ocupação de grupos de culturais de Maracatu.

## **PROJETO BÁSICO EXISTENTE**

O projeto básico previamente desenvolvido, composto pelo projeto de arquitetura, projetos complementares para o casarão, servirá como referência para a elaboração do projeto executivo e encontra-se formalmente adequado aos parâmetros técnicos exigidos para dotar a edificação de infraestrutura física, acessibilidade, conforto ambiental e instalações compatíveis com um espaço destinado à visitação pública.

No entanto, em atendimento às demandas da comunidade e à vocação cultural do local, bem como às necessidades de preservação de vestígios arqueológicos previamente mapeados ou com base em laudos, estudos e diagnósticos de engenharia voltados à estabilização e conservação do bem frente a patologias identificadas, poderá ser necessária a adequação de determinados elementos do projeto.

Conforme previsto no art. 46, §5º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a experiência da empresa contratada e os recursos técnicos empregados, o projeto básico poderá ser alterado, desde que seja comprovada a superioridade das soluções propostas em termos de redução de custos, aumento da qualidade, diminuição do prazo de execução ou facilidade de manutenção e operação. Da mesma forma, adequações que atendam às demandas da comunidade e fortaleçam a vocação cultural do casarão

podem resultar em um equipamento mais funcional, representativo e significativo para seu público.

A presente contratação, portanto, visa garantir a preservação do bem tombado em conformidade com o Decreto-Lei nº 25/1937, além de promover a sua reintegração ao tecido urbano com um novo uso cultural, ampliando o acesso à memória, à educação patrimonial no território.

### **3. Descrição da Solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto**

- 3.1. A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada no anteprojeto, estudos técnicos preliminares e anexos deste Termo de Referência.
- 3.2. Ademais, por tratar-se de contratação semi-integrada, a contratação conta com projetos básicos que fornecem os subsídios necessários às adequações, complementações e detalhamentos exigidos para a adequação, compatibilização e desenvolvimento dos projetos executivos.
- 3.3. Diante da proposta de intervenção no Casarão Hermann Lundgren, com o objetivo da criação do Centro de Cultura de Olinda, a questão que se apresentou primordialmente foi a retirada de elementos descaracterizantes ou nocivos à unidade do conjunto que tenham sido acrescentados ao longo dos anos, sem maiores preocupações estéticas.
- 3.4. A solução deverá contemplar, obrigatoriamente, diretrizes e planos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas restaurados e requalificados, considerando as características do bem tombado e a durabilidade das soluções adotadas. A CONTRATADA deverá também prever a prestação de assistência técnica durante o período mínimo de 12 (doze) meses após a entrega definitiva da obra, com visitas técnicas periódicas, orientações operacionais e suporte à equipe gestora quanto ao uso, monitoramento e conservação dos espaços e sistemas implantados.

#### 4. Requisitos da Contratação

- 4.1. Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.1.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:
    - a) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
    - b) Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
    - c) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- 4.2. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- 4.3. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no eletrônico: <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cut/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;
- 4.4. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- 4.5. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

- 4.6. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;
- 4.7. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- 4.8. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais - EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
- 4.9. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
- 4.10. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- 4.11. Atendimento às Instruções de Serviços do IPHAN, principalmente a Instrução Normativa nº 61, de 17/09/2021, que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC.
- 4.12. Participação de Consórcios: É admitida. Conforme consta da Lei nº 14.133/21, art. 15, será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio. Logo, nesta licitação será acolhida a possibilidade de Consórcio, com constituição limitada a até 02 (duas) empresas. A participação de consórcio envolvendo 1 (uma) empresa de “projeto” e 1 (uma) empresa de “construção” deverá resultar em reforço na capacidade técnica e financeira do licitante, possibilitando a participação de empresas regionais com aumento na competitividade.

- 4.12.1. A limitação na quantidade de componentes dos Consórcios, com fulcro no § 4º do art. 15, da Lei n.º 14.133/21, decorre de análises técnicas prévias à licitação, tendo por base o objeto da licitação, o qual apresenta um elevado grau de complexidade e ao fato de que a permissão indiscriminada de consorciados coloca em risco a competitividade do processo, uma vez que um consórcio poderia reunir inúmeras empresas com vistas a demonstrar sua capacidade técnica profissional, ocasionando a redução drástica do número de licitantes no certame, retirando o caráter competitivo por consequência. Ademais, a limitação evita, também, o fracionamento excessivo de responsabilidades, favorecendo a excelência na qualidade do serviço e facilitando a fiscalização da contratada pela Administração.
- 4.13. **Subcontratação:** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.14. A contratada poderá subcontratar obras e serviços específicos que, em razão de sua natureza técnica ou especialização, exijam a atuação de empresas ou profissionais devidamente habilitados, tais como ensaios, prospecções, sondagens, entre outros.
- 4.15. A contratada é responsável pela execução de todos os serviços, inclusive pelos serviços subempreitados. De nenhum modo a fiscalização interferirá diretamente junto às empresas subcontratadas. Qualquer notificação ou impugnação de serviço ou material será feita diretamente à contratada.
- 4.16. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.17. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste nos itens de maior relevância do projeto básico.
- 4.18. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial,

econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.19. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.19.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.20. Exclusividade ME - Microempresa / EPP - Empresa de Pequeno Porte

4.20.1. Não é aplicável. A exclusividade de “Micro Empresas”, “Empresas de Pequeno Porte” ou “Consórcios formados exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte” não se enquadra ao objeto do Projeto Básico, em decorrência do valor do orçamento, conforme disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, abaixo transcrito, e suas alterações impostas pelo Decreto nº 10.273, de 13/03/2020, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal:

*“Art. cº Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R: 80.000,00 (oitenta mil reais)”.*

4.21. Garantia de Contratação

- 4.21.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.21.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 4.21.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.21.4. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.21.5. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.21.6. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.21.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.21.8. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contando da assinatura do contrato,

comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização

- 4.21.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.21.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.21.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.21.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
  - 4.21.12.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.21.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:



- 4.21.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.21.13.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.21.13.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.21.13.4. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.21.13.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21.13.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.21.13.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.21.13.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.21.13.9. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo

administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

- 4.21.13.10. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.21.13.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.21.13.12. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.21.13.13. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.21.13.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.21.13.15. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e

relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.21.13.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.21.13.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.21.13.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21.13.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21.13.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### 4.22. Garantia Adicional

4.22.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA. Assim, caso opte pela modalidade seguro-garantia, é obrigatório que a ADJUDICATÁRIA contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato

4.22.2. Em razão da contratação de obras e serviços de engenharia, necessária a apresentação da garantia adicional da ADJUDICATÁRIA cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da

proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na forma do art. 59, §5º da Lei nº 14.133/21.

#### 4.23. Vistoria

- 4.23.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.
- 4.23.2. As vistorias técnicas serão realizadas em períodos a serem definidos pela Superintendência Estadual do IPHAN, sendo acompanhadas por um servidor da mesma unidade que certificará a visita, expedindo o atestado de visita que contenha informações técnicas das obras.
- 4.23.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.23.4. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto à Escritório Técnico de Olinda, Endereço: Rua do Amparo, nº 59 - Carmo CEP: 53020-190 - Olinda/PE Tel.: (81) 3429.2892 - 3429.6003
- 4.23.5. Caso a licitante não queira realizar da vistoria, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo, portanto, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para efetuar quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar avenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE.
- 4.23.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de

quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de Execução do Objeto**

### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica.
  - 5.1.1. Prazo de vigência do contrato: O prazo de vigência do contrato é de 21 (vinte e um) meses consecutivos, sendo que a vigência contratual será iniciada com a assinatura do contrato ou na data nele indicada, ainda que anterior ou posterior à publicação do extrato no Diário Oficial da União de que trata o art. 94 da Lei nº 14.133/21. Importa ressaltar que o prazo de vigência contratual deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual. Neste caso, o prazo de vigência contratual deverá ser superior em 180 (cento e oitenta) dias ao prazo de execução contratual.
  - 5.1.2. Prazo de Execução do Contrato: O prazo de execução do contrato é de 15 (quinze) meses consecutivos, sendo que o início da contagem do prazo de execução contratual se dá por ocasião da “Ordem de Início de Serviço” expedida pela Administração.
  - 5.1.3. O cronograma a ser elaborado pela CONTRATADA deverá prever um prazo máximo de 15 (quinze) meses consecutivos, dividido em etapas que compreendem: levantamento, estudos técnicos de engenharia, atualização e elaboração de projetos; execução das obras nas áreas destinadas ao Casarão.
  - 5.1.4. Ordem de Início de Serviço de Elaboração de Projeto: A Ordem de Início de Serviço para a Elaboração dos Projetos será dada pela Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Pernambuco.
  - 5.1.5. Ordem de Início de Serviço de Obra: A Ordem de Início de Serviço para a Execução das Obras será dada pela Superintendência Estadual do IPHAN

no Estado do Pernambuco, apenas a partir do Projeto Executivo aceito pelo IPHAN.

5.1.6. Cronograma de realização dos serviços: deverá ser aquele estabelecido no cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante, cumpridos os requisitos estabelecidos neste Termo.

5.2. Os serviços serão prestados ao longo do prazo total do empreendimento, de 15 (quinze) meses consecutivos, divididos em etapas que incluem: compatibilização de projetos e execução das obras nas áreas destinadas ao Casarão. O cronograma definitivo deverá ser elaborado pela CONTRATADA após a assinatura do contrato e aprovado pelo CONTRATANTE. As etapas mencionadas poderão ter períodos e durações distintas, conforme avaliação técnica da CONTRATADA, desde que o prazo total de 15 (quinze) meses seja cumprido.

| CRONOGRAMA FÍSICO |                                      |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
|-------------------|--------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                   | DESCRIÇÃO                            | 1º MÊS | 2º MÊS | 3º MÊS | 4º MÊS | 5º MÊS | 6º MÊS | 7º MÊS | 8º MÊS | 9º MÊS | 10º MÊS | 11º MÊS | 12º MÊS | 13º MÊS | 14º MÊS | 15º MÊS |
| 1                 | ADMINISTRAÇÃO DA OBRA                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 2                 | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO               |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 3                 | SERVIÇOS PRELIMINARES                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 4                 | REMOÇÃO                              |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 5                 | MOVIMENTAÇÃO DE TERRA                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 6                 | ESTRUTURA                            |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 7                 | ALVENARIA DE VEDAÇÃO                 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 8                 | IMPERMEABILIZAÇÃO                    |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 9                 | COBERTURA                            |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 10                | ESQUADRIAS                           |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 11                | CORRIMÃO E GUARDA CORPO              |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 12                | REVESTIMENTO E FORRO                 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 13                | REVESTIMENTO EM ARGAMASSA - CERÂMICO |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 14                | PINTURA                              |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 15                | PISO                                 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 16                | DIVERSOS                             |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 17                | VIDRO                                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 18                | PEÇAS EM GRANITO                     |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 19                | PAISSAGISMO                          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 20                | INSTALAÇÃO ELÉTRICA                  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 21                | ALIMENTAÇÃO SUBESTAÇÃO               |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 22                | INSTALAÇÃO ESPECIAIS                 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 23                | INSTALAÇÕES HIDROSSANITARIAS         |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 24                | INSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO           |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 25                | COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS         |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |
| 26                | LIMPEZA FINAL DA OBRA                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |         |

5.3. A execução de cada etapa deverá atender às Especificações do IPHAN e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se integralmente atendidas durante todo o período do contrato. Adicionalmente são feitas algumas indicações acerca dos prazos, conforme descrito abaixo:

5.3.1. A CONTRATADA deverá seguir ao estipulado no art. 46, §§ 1º, 3º e 6º da Lei nº 14.133/21, abaixo transcritos, e alterações posteriores:

*Art. 4c. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes: § 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei.*

*[...] § 5º Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pela CONTRATADA em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo a CONTRATADA a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.*

*[...] § cº A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.*

5.4. Materiais a serem disponibilizados.

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e devida qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.



- 5.4.2. Deverão ser considerados os requisitos concernentes ao projeto de engenharia, aos materiais, equipamentos, controle de qualidade, condições de conformidade e não conformidade, dentre outros critérios, satisfazendo aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do IPHAN.
- 5.4.3. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.
- 5.4.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.4.5. Todos os métodos de dimensionamento, forma de apresentação de documentos (planilhas, plantas, diagramas), materiais a serem empregados na obra e execução dos serviços deverão atender às especificações constantes nos manuais técnicos e normas vigentes do IPHAN disponíveis no site [www.gov.br/IPHAN](http://www.gov.br/IPHAN)
- 5.4.6. Será necessário que durante o desenvolvimento do Projeto Executivo as soluções sejam elaboradas com base em dados recentes, atendendo aos normativos, Manuais do IPHAN e Instruções de Serviços. Poderão ser realizadas alterações de soluções, a depender da necessidade e da comprovação de igual ou melhor desempenho.

## **6. Modelo de Gestão do Contrato**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto ao longo do período da execução da obra.
- 6.8. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.
- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117 da Lei nº 14.133/21.
- 6.10. O IPHAN indicará, por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.
- 6.11. Caberá ao fiscal do contrato, designado por Portaria do Superintendente Estadual do IPHAN no Estado de Pernambuco, fazer cumprir todas as exigências legais (vide Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022) e do IPHAN e supervisionar as atividades sob responsabilidade da empresa, assim como acompanhar e controlar o desembolso das respectivas

parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas na lei.

#### 6.12. Fiscalização Técnica

- 6.12.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.12.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/21, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.12.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### 6.13. Fiscalização Administrativa

- 6.13.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### 6.14. Gestor do Contrato

- 6.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e

pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- 6.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.14.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.14.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de Medição e Pagamento**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto e aceitabilidade da obra será realizada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução do projeto de engenharia, ao acompanhamento e atestação dos serviços, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente

interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do IPHAN.

- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
  - a) não produzir os resultados acordados,
  - b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. Exigência de entrega do recibo de concessão de férias em até 5 (cinco) dias úteis após a ciência do funcionário.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
  - 7.3.1. Os serviços serão medidos, de acordo com os eventos preestabelecidos nos Critérios de Pagamentos, após sua devida conclusão.
  - 7.3.2. As medições das parcelas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
  - 7.3.3. As medições serão feitas mensalmente, respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o cronograma físico financeiro adotado e aceito pelo IPHAN.
  - 7.3.4. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada

para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

- 7.3.5. Se para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido quando os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.
- 7.3.6. Esses critérios poderão ser alterados durante a execução do contrato com a finalidade de proporcionar maior detalhamento dos eventos e melhores condições para atuação da fiscalização nas medições.
- 7.3.7. Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

#### 7.4. Do recebimento

- 7.4.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.
- 7.4.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
  - 7.4.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
  - 7.4.2.2. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e

subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/21 e arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



- 7.4.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.4.3.7. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.4.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/21).
- 7.4.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.4.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4.3.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.4.3.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no

cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

- 7.4.3.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.4.3.14. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.4.3.15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.4.3.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.4.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.4.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- 7.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.4.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.4.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.4.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.4.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;
- 7.4.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.4.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).
- 7.4.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 7.4.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.4.15. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 7.4.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.4.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção

anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022. Devendo-se atender as seguintes condições:

- a) Obrigar a CONTRATADA a notificar, formalmente e por escrito, o fiscal do contrato logo após a conclusão da parcela da obra, entregando toda a documentação exigida em normativos próprios, através de protocolo no Sistema SEI.
- b) Estabelecer o prazo de 5 dias úteis para que a unidade fiscalizadora do contrato realize a vistoria, autorize a CONTRATADA a emitir a nota fiscal, que deve ser subscrita pelo fiscal e representante legal da contratada, e remeta a medição ao setor responsável pelo pagamento.
- c) O setor responsável pelo pagamento deverá efetuar-lo em 30 dias após a assinatura da nota fiscal pelo fiscal e pelo representante legal da CONTRATADA. O prazo será interrompido em qualquer das fases da medição caso a fiscalização encontre qualquer inconformidade na documentação apresentada pela empresa, devendo a fiscalização sempre notificar formalmente a contratada sobre as incorreções verificadas.

7.4.18. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha dado causa ao atraso, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

7.4.19. Conforme Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, anexo XI, item 5: 5. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela

Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100)$$

3c5

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

$I$  = Índice de atualização financeira;

$TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;

$EM$  = Encargos moratórios;

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP$  = Valor da parcela em atraso.

## 7.5. Forma de pagamento

- 7.5.1. De acordo com o proposto nos Critérios de Pagamento, independente do critério de elaboração da proposta pela CONTRATADA, o IPHAN se propõe a realizar os pagamentos em cada grupo de serviços, limitados a um percentual sobre o preço global ofertado, respeitando também o plano de execução das obras.
- 7.5.2. O IPHAN pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos, conforme art. 133, caput e incisos I e II da Lei nº 14.133/21.
- 7.5.3. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluem a sinalização provisória, todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de

acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

- 7.5.4. A medição dos serviços se dará em conformidade com o cronograma físico e financeiro e deverá ser apresentada e aprovada pelo fiscal do IPHAN, que emitirá o atestado de conformidade. A CONTRATADA deverá apresentar as notas fiscais, o atestado de conformidade e a medição dos serviços na sede da Superintendência Estadual para o atesto e posterior encaminhamento para providências.
- 7.5.5. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo IPHAN.
- 7.5.6. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela CONTRATADA, da Regularidade Fiscal, nos termos do Edital.
- 7.5.7. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da CONTRATADA, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do art. 137 da Lei nº 14.133/21.
- 7.5.8. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 7.5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 7.5.11. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 7.6. Cessão de crédito

- 7.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.6.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.
- 7.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual,



restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

- 7.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

7.7. Alteração dos valores contratuais

- 7.7.1. É vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos (art. 133, da Lei nº 14.133/21):

I. Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

- 7.8. Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte da CONTRATADA, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/21;

II. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

7.9. Reajuste e atualização financeira

- 7.10. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês 08 do ano de 2025].

- 7.11. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante dos seguintes índices:
- a) Projeto Básico e Executivo: com o prazo de execução em até 3 meses, não será necessário haver reajuste.
  - b) Execução das Obras: pelos índices de reajustamentos de obras INCC-M.
- 7.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.13. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

- 7.14. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso. Para tanto, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.
- 7.15. O IPCA foi instituído inicialmente com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto.

- 7.16. **Sustentabilidade:** obrigatoriedade de **agregados reciclados** (entulhos processados) se houver oferta local mais barata que o material natural.
- 7.17. **Controle de Ruído:** a conformidade obrigatória com as normas **NBR-10.151 e NBR-10.152.**

## **8. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Regime de Execução**

- 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
  - 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 8.2. MODALIDADE: Concorrência (art. 28, II, Lei nº 14.133/21);
- 8.3. REGIME DE EXECUÇÃO: Contratação Semi-integrada (art. 46, VI, Lei nº 14.133/21);
- 8.4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA: Este regime demonstra-se ser a melhor opção entre os regimes elencados no Artigo 46 da Lei nº 14.133/21 devido a:
  - i. Natureza do empreendimento, tanto no ponto de vista de projeto, quanto na execução;
  - ii. Existência de projetos básicos que poderão ser alterados mediante prévia autorização da Administração
- b) FORMATO DE EXECUÇÃO: Eletrônico (art. 12, VI, Lei nº 14.133/21);
  - c) CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço (art. 33, I, Lei nº 14.133/21);
  - d) CRITÉRIOS DE DESEMPATE: Conforme art. 60 da Lei nº 14.133/21;
- 8.5. MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO (art. 56, §1º, Lei nº 14.133/21);

8.6. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 4.582.236,81 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e duzentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos), tendo por base o mês de fevereiro de 2026. As planilhas orçamentárias que deram origem ao orçamento estimado encontram-se publicizadas e os seus detalhamentos constam no processo SEI nº 01498.002495/2013-52 (CONOGRAMA FÍSICO X FINANCEIRO)", disponível para acesso através do endereço: [sei.iphan.gov.br/pesquisapublica](http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica).

#### 8.7. Modalidade

- 8.7.1. A opção pela modalidade concorrência fundamenta-se na natureza do objeto da contratação, que envolve a elaboração de estudos de engenharia, arqueologia e projetos executivos de arquitetura, restauro, acessibilidade e projetos complementares de engenharia, bem como a execução das obras de restauro do bem tombado situado na Avenida da Liberdade, nº 253, Carmo, Sítio Histórico Olinda - PE, 53020-030. O imóvel em questão este inserido no Polígono de Tombamento do município de Olinda, localizando-se no Setor B Area Urbana de Preservação Ambiental -- mais especificamente no Subsetor B Varadouro e Carmo, segundo a Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/79. , para adequação do imóvel para abrigar o Centro Cultural de Olinda, em regime de contratação semi-integrada, nos termos da Lei 14.133, de 2021.
- 8.7.2. Esses serviços demandam elevado nível de conhecimento técnico especializado, abrangendo a realização de atividades complexas, como estudos técnicos, elaboração de projetos detalhados e execução de intervenções em bem imóvel tombado. Tal complexidade não caracteriza esses serviços como "serviços comuns", nos termos do inciso XXI do art. 6º da referida Lei, que define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente descritos por especificações usuais de mercado.

- 8.7.3. Ainda que o escopo da contratação esteja claramente delimitado no Termo de Referência, nos Projetos Básicos e nos demais documentos que integram o edital, as especificidades técnicas e o grau de especialização requerido tornam inadequada a utilização do pregão eletrônico, que é reservado para contratações de bens e serviços comuns, conforme estabelecido no art. 6º, inciso XXI, e regulamentado pelo art. 28 da mesma legislação.
- 8.7.4. A modalidade concorrência, por sua vez, é a mais apropriada para contratações de obras e serviços de engenharia que demandem especificações técnicas detalhadas, maior rigor na seleção das contratadas e análise criteriosa de propostas, possibilitando, assim, a escolha da solução mais vantajosa e tecnicamente adequada às necessidades do IPHAN.
- 8.7.5. Portanto, a adoção da modalidade concorrência assegura a observância dos princípios da eficiência e da legalidade, garantindo que a contratação atenda plenamente às exigências técnicas e operacionais do objeto previsto.
- 8.8. Regime de execução
- 8.8.1. O regime de execução do contrato será CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA em razão da complexidade técnica da intervenção, da natureza do bem tombado federal, que implicarão em ajustes e aprimoramentos nos projetos básicos que fundamentarão o projeto executivo, visando assegurar maior controle técnico, qualidade na execução, e mitigação de riscos relacionados à segurança estrutural, à conservação do acervo histórico, à integridade do edifício e à implantação de usos culturais permanentes.
- 8.8.2. O objeto a ser contratado envolve a elaboração de estudos de engenharia, arqueologia e projetos executivos de arquitetura, restauro,

acessibilidade e projetos complementares de engenharia, bem como a execução das obras de restauro do bem tombado, com área de intervenção estimada de 3.106,00 m<sup>2</sup>, sendo 1.154,05 m<sup>2</sup> de área construída e 1.420,68 m<sup>2</sup> de área de solo natural.

- 8.8.3. A opção pela CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA visa ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes, com maior controle da Administração sobre as diretrizes do projeto, mas permitindo propostas de inovações no desenvolvimento dos projetos executivos em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público, incentivar a inovação tecnológica, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para aplicação de recursos públicos e selecionar da proposta mais vantajosa para a administração pública.
- 8.8.4. A adoção tem arrimo no art. 46, inciso VI, da Lei nº 14.133/21.
- 8.8.5. A opção é pela forma ELETRÔNICA, em atendimento ao art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/21 que indica que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.
- 8.8.6. Por meio da CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA, o IPHAN espera obter, para um empreendimento desse vulto econômico e tecnológico, soluções técnicas inovadoras que reduzam o prazo de execução das obras e os custos diretos do empreendimento. Ademais, espera-se obter por parte dos licitantes a máxima otimização de todos os recursos, barateando mais ainda a contratação em pauta com vistas a atender ao interesse público por meio da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 8.8.7. Nos projetos básicos que servem como referência para a presente contratação estão previstos os requisitos mínimos para elaboração do projeto executivo (art. 46, §5º, da Lei nº 14.133/21). A depender da

experiência da empresa e dos equipamentos utilizados, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pela CONTRATADA em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação. Como exemplo podemos citar:

- 8.8.7.1. Propostas de ajustes fundamentadas em laudos técnicos e diagnósticos de engenharia, com vistas à conservação, recuperação, estabilização e proteção do bem contra danos estruturais e patologias identificadas.
  - 8.8.7.2. Readequações técnicas que assegurem a estabilidade estrutural do imóvel, garantindo que as soluções adotadas preservem sua integridade física e não comprometam a segurança da edificação.
  - 8.8.7.3. Orientações que respeitem e preservem a autenticidade do bem, a partir da identificação dos elementos construtivos originais, das técnicas tradicionais e dos materiais empregados na construção histórica.
  - 8.8.7.4. Propostas que contribuam para a manutenção, valorização e uso continuado do bem, promovendo sua perenização e reforçando seu valor histórico, cultural e simbólico.
  - 8.8.7.5. Soluções projetuais que considerem o edifício como espaço ativo de memória, educação patrimonial e fortalecimento das comunidades negras e tradicionais, contribuindo para a ressignificação do imóvel como lugar de representação histórica.
- 8.8.8. Alguns fatores foram significativos para escolha da modalidade:
- 8.8.8.1. Busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos;

- 8.8.8.2. Possibilidade de aplicar ao Setor Público procedimentos semelhantes ao Setor Privado, fazendo com que a celeridade no trâmite administrativo se reflita em economia e benefício à população;
- 8.8.8.3. Compartilhamento com a CONTRATADA dos riscos inerentes a empreendimento deste porte, que em contratações do tipo Concorrência Pública recaem apenas para o CONTRATANTE.
- 8.8.8.4. Sendo assim, a adoção da CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA se deve ao fato de o objeto poder ser executado por diferentes metodologias.
- 8.8.8.5. Destaca-se que, na forma do art. 36, §1º, da Lei nº 14.133/21:
- 8.8.8.6. *O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:*
- 8.8.8.7. I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;
- 8.8.8.8. II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;
- 8.8.8.9. III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;
- 8.8.8.10. IV - obras e serviços especiais de engenharia;
- 8.8.8.11. V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções



e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.”

8.8.8.12. Importa destacar que o **valor estimado para a elaboração do projeto executivo é de R\$ 177.588,52 (cento setenta e sete mil e quinhentos oitenta e oito reais, e cinquenta e dois centavos)**, conforme e planilhas orçamentárias apresentadas pela Superintendência Regional do IPHAN em Pernambuco, (doc. SEI n.º 6794453).

8.8.8.13. Esse montante não ultrapassa o limite atualizado pelo DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, que reajustou o valor previsto no art. 37, §2º, da Lei nº 14.133/2021, para **R\$ 392.952,63** (trezentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos). Além disso, o valor para destinado representa 6,00% (seis) do valor total da obra.

8.8.8.14. Dessa forma, não se aplica automaticamente a obrigatoriedade legal de adoção dos critérios “técnica e preço” ou “melhor técnica”, reforçando a possibilidade de adoção do tipo “menor preço”, desde que atendidos os requisitos de motivação e compatibilidade técnica do objeto.

8.8.8.15. Neste caso, o objeto da contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado em de Projetos e Obra de Restauração do bem tombado casarão Hermann Lundgren com implantação de Centro de Memória Olinda/PE, objetiva a obra, sendo o projeto executivo encargo de atualização, assim em guardadas proporções de valores estimados e a grandeza orçada pelo projeto executivo (técnico) em comparação ao valor estimado da licitação de **R\$ 4.090,972.84** (quatro milhões, noventa mil e novecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

## 8.9. Modo de disputa

- 8.9.1. A disputa será no modo ABERTO E FECHADO em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, sendo vedado o sigilo das propostas, conforme art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, e art. 56, § 1º da Lei 14.133/2021; e IN Seges/MGI 2/2023, art. 4º, incisos I e II, o primeiro, in verbis:

*Art. cº Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:*

*a) menor preço;*

*Art. 5c. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:*

*I - Aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;*

*§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.*

#### 8.10. Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.10.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.10.1.1. É necessário que o licitante apresente o Cronograma Físico-Financeiro e os Critérios de Pagamento, respectivamente, adaptado à proposta.

8.10.1.2. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor

final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato, conforme art. 56, §5º, da Lei nº 14.133/21.

- 8.10.1.3. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

#### 8.11. Exigências de habilitação

- 8.11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 8.11.1.1. Habilitação jurídica
- 8.11.1.2. Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.11.1.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.11.1.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-o-certificado-de-condicao-de-microempreendedor-individual>;
- 8.11.1.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo,

estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11.1.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.11.1.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11.1.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11.1.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11.1.11. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 8.11.1.12. Qualificação econômico-financeira

- a) A comprovação de boa situação financeira da empresa será calculada através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro);
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - a. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
  - b. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, conforme § 4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018;
- e) Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total da proposta;
- f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 8.11.1.13. Qualificação Técnica

8.12. Seguindo os critérios de qualificação: nesta etapa se determina quais licitantes cumprem substancialmente os critérios de qualificação indicados no QUADRO 1- Qualificação Técnico-Profissional (QTP) e QUADRO 2- Qualificação Técnica-Operacional (QTO) abaixo. Somente as propostas que atendam os critérios mínimos de qualificação serão consideradas em conformidade substancial. Será verificada e habilitada com base nos seguintes critérios:

8.13. Qualificação Técnico-Profissional (QTP)

- A licitante deverá comprovar a experiência profissional de membros da equipe conforme os requisitos estabelecidos no **Quadro 1 - Qualificação Técnico-Profissional (QTP)**.
- Os documentos apresentados devem conter todas as informações necessárias para comprovação, sob pena de não serem considerados.

8.13.1. Qualificação Técnica-Operacional (QTO)

- A licitante deverá apresentar 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificado, em nome da proponente, para cada tipo de serviço exigido, seja projeto ou obra, conforme **Quadro 2 - Qualificação Técnica-Operacional (QTO)**
- Documentação obrigatória:
  - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade na data de recebimento da documentação.
  - Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da

solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

- A licitante deverá obrigatoriamente apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante Atestados e/ou Certidões de Capacidade Técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.
- Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a) Requisitos para Validação dos Documentos:

Os atestados e comprovantes devem conter, de forma clara e destacada (sublinhado ou em grifo), as seguintes informações:

- a. Autoria do projeto (nome e número de registro no CAU/CREA do profissional responsável);
- b. Tipo de projeto/serviço executado;

8.14. Descrição sucinta das características, permitindo a identificação da similaridade com o objeto desta licitação.

b) Consequências do Não Atendimento:

**O não cumprimento de qualquer item da Fase 1 acarretará na inabilitação automática da licitante.**



| QUADRO 1- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP) Técnico Profissional   |   |   |
|--|---|---|
| EQUIPE TÉCNICA   | REQUISITOS  | COMPROVAÇÃO   |
| Coordenador(a) de Projetos (Engenheiro/a civil OU Arquiteto/a) | Para exercer legalmente a profissão no Brasil, bacharéis em Engenharia ou Arquitetura devem estar registrados no respectivo conselho profissional: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). O registro no CREA ou CAU é obrigatório e assegura que o/a engenheiro/a ou arquiteto/a atue em conformidade com as normas e padrões exigidos pela legislação e ética da área. | <p><b>Comprovação de Elaboração de Projeto Técnico de Arquitetura, Restauro, Acessibilidade e Complementares</b></p> <p>Deve ser apresentado 1 (um) atestado técnico único, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a <b>coordenação da elaboração de projetos multidisciplinares</b> compatíveis com o objeto da contratação, ou seja, as suas características, quantidades e prazos, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, em bens tombados em qualquer instância, com destaque para:</p> <p><b>8.15. Arquitetura, Restauro e Acessibilidade:</b><br/>elaboração de projetos com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> <p><b>8.16. Estrutura em Concreto Armado:</b> projetos com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> |

| QUADRO 1- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP) Técnico Profissional |   |   |
|--|---|---|
| EQUIPE TÉCNICA   | REQUISITOS  | COMPROVAÇÃO   |
| Coordenador(a) de obras (Engenheiro/a civil OU Arquiteto/a)  | Para exercer legalmente a profissão no Brasil, bacharéis em Engenharia ou Arquitetura devem estar registrados no respectivo conselho profissional: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). O registro no CREA ou CAU é obrigatório e assegura que o/a engenheiro/a ou arquiteto/a atue em conformidade com as normas e padrões exigidos pela legislação e ética da área. | <p><b>Comprovação de Execução de Obra de Arquitetura, Restauo, Acessibilidade e Complementares</b></p> <p>Deve ser apresentado 1 (um) atestado técnico único, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a <b>execução de obra</b> compatível com o objeto da contratação, ou seja, as suas características, quantidades e prazos, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, em bens tombados em qualquer instância, com destaque para:</p> <p><b>8.17. Arquitetura e Restauo:</b> execução de obra com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> <p><b>8.18. Estrutura em Concreto Armado:</b> execução de concreto armado simples, com área mínimo de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> |

| QUADRO 2- EXPERIÊNCIA DA EMPRESA (EE) Técnico Operacional          |  |
|--|--|
| DESCRIÇÃO  | REQUISITOS   |
| Capacitação Técnica Operacional da empresa: Elaboração de Projetos | <p>Capacitação Técnica Operacional: Comprovação mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste(m) a experiência da licitante na elaboração de projetos compatíveis com o objeto licitado, contemplando, no mínimo, os seguintes serviços:</p> <p><b>Arquitetura, Restauro e Acessibilidade:</b> elaboração de projetos com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> <p><b>Estrutura em Concreto Armado:</b> projetos com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> <p>Requisito Mínimo Obrigatório: A comprovação poderá ser realizada por meio de um único atestado que contemple todos os serviços exigidos ou, alternativamente, pelo somatório de dois ou mais atestados, <b>desde que não haja fragmentação dentro da mesma disciplina técnica.</b> Cada disciplina deverá ser comprovada de forma individual por ao menos um atestado completo e específico, considerando a necessidade de assegurar a similaridade técnica entre os serviços executados e o objeto licitado, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.</p> |
| Capacitação Técnica Operacional da empresa: Execução de Obras      | <p>Capacitação Técnica Operacional: Comprovação mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste(m) a experiência da licitante na execução de obras compatíveis com o objeto licitado, contemplando, no mínimo, os seguintes serviços:</p> <p><b>Arquitetura e Restauro:</b> execução de obra com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p>   |

| QUADRO 2- EXPERIÊNCIA DA EMPRESA (EE) Técnico Operacional |  |
|---|--|
| DESCRIÇÃO   | REQUISITOS   |
|   | <p><b>Estrutura em Concreto Armado:</b> execução de concreto armado simples, com área mínima de 578,00 m<sup>2</sup>;</p> <p>Requisito mínimo obrigatório: A comprovação poderá ser realizada por meio de um único atestado que contemple todos os serviços exigidos ou, alternativamente, pelo somatório de dois ou mais atestados, <b>desde que não haja fragmentação dentro da mesma disciplina técnica.</b> Cada disciplina deverá ser comprovada de forma individual por ao menos um atestado completo e específico, considerando a necessidade de assegurar a similaridade técnica entre os serviços executados e o objeto licitado, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.</p> |

8.14. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.16. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.17. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.18 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde

que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.19. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.19.1 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.19.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.19.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.19.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **G. Estimativas do Valor da Contratação**

9.1. O Valor Global do Orçamento Referencial estimado para o empreendimento é de **R\$ 4.582.236,81 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e**

**duzentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos), tendo por base o mês de setembro de 2025.**

- 9.2. As planilhas orçamentárias que deram origem ao orçamento estimado encontram-se restritas e os seus detalhamentos constam no processo SEI nº 01498.002495/2013-52.
- 9.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato (art. 22, §3º da Lei nº 14.133/21).
  - 9.3.1. Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.
  - 9.3.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.
  - 9.3.3. Os casos fortuitos ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da CONTRATADA.
  - 9.3.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Anexo- Matriz de Risco
  - 9.3.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.
  - 9.3.6. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.
  - 9.3.7. A CONTRATADA declara:

- 9.3.7.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato;
- 9.3.7.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 9.4. As planilhas orçamentárias que deram origem ao orçamento estimado encontram-se abertas e os seus detalhamentos constam no processo SEI! nº 01500.004694 2019-02.
- 9.5. Proibição de subcontratar empresas com sócios que tenham **parentesco até o 3º grau** com agentes do IPHAN que atuem na gestão do contrato.

## 10. Adequação Orçamentária

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 10.3. Gestão/Unidade: 343005
- 10.4. Fonte de Recursos: 100 - Recursos Ordinários
- 10.5. Programa de Trabalho: 5125 - Direito a Cultura
- 10.6. Elemento de Despesa: 33903900
- 10.7. Plano Interno: C55381IP060
- 10.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 11.1. Além da garantia legal da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, os serviços e seus componentes deverão ter garantia técnica de fixação, pintura e acabamento de **no mínimo 12 (doze) meses**, sem quaisquer ônus para o

Superintendência Estadual do IPHAN no Estado de Pernambuco, contados a partir da data da entrega dos serviços.

- 11.2. Em caso de necessidade de substituição do equipamento durante a garantia, este deverá ser realizado no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis pela CONTRATADA, após a notificação da Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Pernambuco.
- 11.3. É da responsabilidade da empresa contratada e/ou da empresa indicada para assistência técnica:
  - 11.3.1. Fornecer aos seus técnicos toda a logística e transporte de pessoal, ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis;
  - 11.3.2. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, transporte/deslocamento, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Pernambuco.
  - 11.3.3. Sugestão: Além da garantia legal da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, os serviços e seus componentes deverão ter garantia técnica de fixação, pintura e acabamento de no mínimo 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus para o Superintendência Estadual do IPHAN no Estado do Pernambuco, contados a partir da data da entrega dos serviços.
- 11.4. **Reoneração Gradual da Folha de Pagamento (Lei nº 14.973/2024)**, que prevê o direito de revisão de preços devido ao aumento das alíquotas previdenciárias durante a vigência.



## 12. Sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à c) Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

12.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

### 13. Obrigações da CONTRATADA

- 13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 13.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 13.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 13.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 13.9. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - 13.10.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 13.10.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 13.10.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 13.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
  - 13.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 13.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 13.12. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos

trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 13.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 13.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 13.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 13.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 13.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 13.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 13.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- 13.23. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 13.24. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 13.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 13.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.29. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local da ser desempenhada a obra;
- 13.30. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 13.31. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

- 13.32. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 13.33. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 13.34. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 13.35. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 13.36. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 13.37. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 13.38. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 13.39. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 13.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.42. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

- 13.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 13.44. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 13.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 13.46. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 13.47. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 13.48. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.



- 13.49. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 13.50. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 13.51. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- 13.52. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

#### **14. Obrigações do CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

- 14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 14.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 14.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 14.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 14.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 14.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 14.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 14.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 14.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90(noventa) dias.
- 14.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 14.18. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - D) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
  - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 14.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 14.20. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

14.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 15.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

- 15.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 15.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 15.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 15.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 15.12. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 15.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 16.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

- 16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 16.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
  - 16.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 16.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução

## **17. Assinaturas**

- 17.1. O Termo de Referência está adequado ao que dispõe o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022.

## **1G. DOS CASOS OMISSOS**

- 19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 20. ALTERAÇÕES

- 20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 20.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 20.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 20.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 21. FORO

- 21.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Recife, Seção Judiciária de Pernambuco. para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A, - Bairro Asa Sul,  
Brasília/DF, CEP 70390-025 Telefone: 2024-6249 e Fax: @fax\_unidade@ -  
<http://www.iphan.gov.br>

## ANEXO II. DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PROFISSIONAIS

**Objeto:** Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do pertencente ao bem tombado “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda”, **CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE**

A licitante \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, sito à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP n.º \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representada seu(ua) \_\_\_\_\_ representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, abaixo-assinado(a), indica o(s) seguinte(s) profissional(is), para atendimento do Edital na execução dos serviços de [Objeto]:

Engenheiro(a)(s) Responsável(is) Técnico(a)(s):

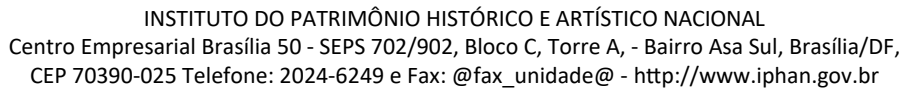
[Identificação do(a)(s) profissional(is)].

Declara-se, também, ciência de que este(a)(s) profissional(is) só poderá(ão) ser substituído(a)(s) por outro(a)(s) com qualificações idênticas ou superiores às exigidas no Edital, e sob a aprovação do IPHAN.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 6.

[Identificação] – CPF n.º \_\_\_\_\_ – Responsável ou Representante Legal da Licitante





**OBS: A visita técnica é facultativa. No entanto, se não realizada será obrigatória a apresentação da "Declaração de não vista" (V.2) no momento da habilitação**

*Processo:*

*Neste ato, a empresa licitante declara e comprova de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da presente Licitação, assumindo todas as condições previstas.*

Olinda, de de 2026.

[illegible]

Página 1 | 2



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL  
Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF,  
CEP 70390-025 Telefone: 2024-6249 e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.iphan.gov.br>

**ANEXO III. V.2 – DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA (OBRIGATÓRIO CASO NÃO SEJA REALIZADA A VISITA)**

*(Modelo – entrega em papel timbrado da empresa, com assinatura do licitante, na etapa de habilitação de documentos, em substituição ao atestado de visita técnica).*

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº \_\_/\_\_\_\_

Prezados Senhores:

*Em conformidade com o disposto no Edital Concorrência nº \_\_/2026, vimos declarar que a empresa (nome da empresa licitante) tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da situação atual da Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do pertencente ao bem tombado “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda”, **CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE**, em relação aos itens que constam como objeto de intervenção dessa licitação e a realidade geral das condições físicas.*

*Assim sendo, na ocasião da concorrência, a empresa licitante abdica de seu direito de realizar a visita técnica ofertada pela Contratante e está ciente de que qualquer OCORRÊNCIA relativa a presente concorrência, na execução dos serviços objeto desta licitação, geradas em função de não ter tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, e climatológicas, e seus respectivos ÔNUS serão de inteira responsabilidade da contratada.*

Atenciosamente,

Local e data

---

FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL  
Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF,  
CEP 70390-025 Telefone: 2024-6249 e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.iphan.gov.br

## ANEXO IV. MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA COMERCIAL

### CONCORRÊNCIA \_\_/2026

A planilha deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa participante do processo licitatório ou papel ofício, bem como, conter carimbo e assinatura do responsável.  
(Para elaboração da proposta de preços é necessária a leitura do Edital, Termo de Referência e Termo de Registro de preços).

#### INFORMAÇÕES

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome Fantasia: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Responsável legal: \_\_\_\_\_  
Dados Bancários:  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

| ITEM | Descrição do objeto com especificações | Qtda | Un | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) | Prazo de Validade |
|------|--|------|----|----------------------|-------------------|-------------------|
|      |  |      |    |                      |                   |                   |
|      |  |      |    |                      |                   |                   |

Declaramos conhecer a legislação de referência desta licitação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os termos, inclusive quando ao pagamento e outros.

Nos preços indicados acima estão inclusos, além dos produtos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes. Declaramos cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à documentação, obtendo todas as autorizações que se fizerem necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Esta proposta é válida por.....(mínimo 60 dias), a contar da data da realização da licitação, para assinatura do Termo de Contrato.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_de\_\_\_\_de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Razão social da Licitante, nome do Representante Legal e assinatura)

## SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN PERNAMBUCO

**Estudo Técnico Preliminar 5/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 01498.000973/2024-42

**2. Descrição da necessidade**

Trata-se da necessidade de contratação de serviços técnicos especializados visando à elaboração de diagnósticos técnicos e projetos executivos de arquitetura, complementares, com base nas premissas técnicas e conceituais do projeto básico existente, promovendo as adequações, complementações e detalhamentos necessários à consolidação, voltados à recuperação e requalificação do Casarão Hermann Lundgren de extrema relevância histórica, cultural e simbólica no município de Olinda.

Olinda nasceu no século XVI a partir de uma colina de onde a visão se projeta sobre o oceano. A escolha desta elevação deu-se por razões estratégicas, pois do alto era mais fácil a visão de piratas vindo pela costa em busca de riquezas naturais. Lá foi instalada a sede do primeiro governo da capitania de Pernambuco.

A topografia favoreceu o surgimento de igrejas, conventos, seminários e casario nas suas colinas, onde se construíram os primeiros núcleos urbanos. O primeiro núcleo habitacional de Olinda formou-se em torno da área mais tarde tombada sob a denominação de Sítio Histórico. Até 1979 esta área limitava-se a apenas

1,5Km<sup>2</sup>, mas através da notificação nº1.115 do Ministério da Educação e Cultura, foi ampliada para 10,4Km<sup>2</sup>, sendo hoje uma das maiores do país, conforme política de preservação adotada.

Por sua importância no cenário nacional, todo o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Olinda foi tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional, em 19 de abril de 1968, sendo inscrito sob o nº 44 do livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 412 do livro Histórico; sob o nº 487 das Belas Artes.

Em 4 de junho de 1979, foi seu perímetro urbano inscrito, sob o nº75, no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 26 de novembro de 1980, Olinda foi erigida a Monumento Nacional pela Lei nº 6863. Em 1982, foi reconhecida pela UNESCO como Cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

A cidade possui área total de 40,83m<sup>2</sup>, da qual 34,54 urbana e 6,29 rural. O Bairro do Carmo, onde está localizado o casarão, situa-se no Sítio Histórico e está limitado pelos bairros do Varadouro, Amparo, Bonsucesso, Amaro Branco e Bairro Novo.

Na primeira metade do século XIX, houve refinamento da arquitetura residencial, quando surgiram as casas de porão alto, representando uma transição entre as térreas e os sobrados. Esta nova forma de implantação permitia aproximar as residências da rua, sem o contato direto, como na casa térrea. A presença de porões era denunciada pelos óculos ou seteiras com gradis de ferro.

Com a decadência do trabalho escravo, na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se o trabalho remunerado e aperfeiçoaram-se as técnicas construtivas e as instalações hidráulicas. É nessa época também que surgem as casas urbanas com novos esquemas de implantação, afastando-se dos vizinhos, geralmente com jardins laterais, constituindo uma fusão das duas tradições: a das chácaras e a dos sobrados.

Segundo certidão expedida pelo Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro Geral de Imóveis, o documento mais antigo encontrado sobre o casarão datado de 03 de julho de 1925, ele possui as seguintes características e confrontações: “chácara de tijolo e cal, coberta com telhas, edificada em solo próprio sob o número duzentos e oitenta e cinco à Praça da Abolição ou Avenida da Liberdade, desta cidade, medindo dezessete metros de largura e dezoito metros e cinquenta centímetros de comprimento, tendo na frente uma porta e seis janelas, no oitão do lado nascente três janelas e uma porta, e no oitão do lado poente três janelas e uma porta, frente murada com gradil e portão de ferro, medindo nesta parte setenta e seis metros e cinquenta centímetros, dividida internamente, com três salas e seis quartos e externamente, cozinha, despensa, sala de copa e quarto com aparelho sanitário e no porão três salas e seis quartos, tendo ainda um portão de madeira que dá saída para uma travessa que vai da Praça da Abolição para a Rua do Bonfim, quintal todo murado.”

Com base nos registros obtidos, supõe-se que a edificação possuiu três usos distintos: residência, hospital e escola de música. E para os dois últimos sofreu adaptações e acréscimos.

Em 03 de julho de 1925, o Coronel Arthur Hermann Lundgren, um dos donos da fábrica de tecidos do Paulista, à época distrito de Olinda, e ex-prefeito da cidade, adquiriu o casarão através de carta de arrematação judicial, doando-o ao Município para nele ser instalado o Hospital Municipal.

A segunda fase da edificação é iniciada para abrigar o Hospital denominado Hermann Lundgren, em homenagem ao pai do doador, e vem a ser inaugurado com responsabilidade administrativa da Prefeitura, sendo seu diretor, o Dr. Martiniano Fernandes. Segundo a revista “A Pilheira” de abril de 1926, este era composto de sala de enfermaria para homens e sala de enfermaria para mulheres (em um total de 16 leitos), sala de cirurgia e curativos, ambulatório e laboratório.

Acredita-se que, posteriormente, o referido Hospital tenha sido desativado, uma vez que o decreto nº54, de 09 de fevereiro de 1933, do Prefeito do Município de Olinda estabeleceu em suas considerações, que a cidade não poderia prescindir de um serviço regular de assistência hospitalar, que o Município possuía por doação que lhe foi feita pela família Hermann Lundgren um prédio dotado de instalações apropriadas a um estabelecimento hospitalar, onde já havia funcionado um hospital, sugerindo a reabertura do Hospital Hermann Lundgren.

Através do decreto citado acima, o Hospital foi reaberto e definitivamente instalado sob a responsabilidade administrativa da Prefeitura de Olinda, e técnica, do Departamento de Saúde Pública do Estado, conforme contrato assinado por esses órgãos e pela Companhia de Tecidos Paulista. Nesse contexto ele passou a ser o Hospital Regional Hermann Lundgren.

Em 1966, o Governo do Estado concluiu as obras no terreno do imóvel de uma maternidade anexa ocupando aproximadamente 400 metros quadrados e comunicando-se com o Hospital através de passarela que ligava ao pavimento superior da nova edificação.

O casarão funcionou como Hospital até a década de 70 do século XX e a maternidade até o início dos anos 80 quando foi transformada em Centro de Tratamento de Veneropatias.

Em 1983, durante a gestão do Prefeito José Arnaldo, o imóvel foi cedido em comodato, por 10 anos, para instalação da Fundação Centro de Criatividade Musical de Olinda, dirigida pelo maestro Geraldo Menucci.

O Casarão Hermann Lundgren foi construído como residência, na segunda metade do século XIX, depois doado à cidade de Olinda para instalação de um hospital, sofrendo adaptações para este objetivo, assim permanecendo por cerca de meio século. Após um período de ociosidade, foi cedido em comodato para acomodação de um centro de educação musical, também passando por reformas visando a adequação para este fim.

Considerando o interesse de requalificação do imóvel denominado Casarão Hermann Lundgren, atualmente em estado de arruinamento, situado na Avenida da Liberdade, nº 253, Carmo, Sítio Histórico Olinda - PE, 53020-030. O imóvel em questão este inserido no Polígono de Tombamento do município de Olinda, localizando-se no Setor B Area Urbana de Preservação Ambiental -- mais especificamente no Subsetor B Varadouro e Carmo, segundo a Rerratificação da Notificação Federal nº1155/79.

O casarão encontra-se atualmente em estado avançado de deterioração, necessitando de adequações, que contribuíram para a descaracterização do bem. A ausência de estudos técnicos aprofundados e a inexistência de projetos executivos inviabilizam a realização de intervenções restaurativas com embasamento técnico adequado e comprometem sua conservação e uso.

A contratação dos serviços visa atender à necessidade de orientar futuras obras de restauração e requalificação do espaço, que será destinado a usos culturais e de valorização do patrimônio, incluindo a implantação do Centro de Memória de Olinda-PE em projeto em parceria com a OCBPM- Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM)

O conjunto dessas iniciativas visa, além da preservação física do bem, à sua ressignificação enquanto espaço de memória, educação patrimonial e fortalecimento da história brasileira. Trata-se, portanto, de ação de interesse público e relevância nacional, cuja viabilidade técnica e patrimonial exige o desenvolvimento coordenado e qualificado dos projetos técnicos necessários.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante                       | Responsável                       |
|---|-----------------------------------|
| Superintendência do IPHAN em Pernambuco | Frederico de Vasconcelos Brennand |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Atendimento, no que couber, aos requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021.
- Atendimento, no que couber, aos requisitos legais do Decreto nº 10.947/2022.
- Atendimento, no que couber, aos requisitos legais do Decreto nº 11.246/2022.
- Atendimento, no que couber, aos requisitos legais da Portaria Iphan nº 420/2010.
- Atendimento, no que couber, aos requisitos legais da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021.

Considerando o caráter técnico-especializado das intervenções a serem contratadas, bem como a destinação futura do edifício para uso cultural, são estabelecidos a seguir os padrões mínimos de qualidade, critérios técnicos e parâmetros de desempenho:

## 1. Materiais e técnicas a serem utilizadas:

- a. Todos os materiais empregados deverão atender às normas técnicas brasileiras vigentes, em especial às aplicáveis à conservação e restauração de bens culturais, além de apresentar durabilidade, compatibilidade e reversibilidade, conforme recomendação do IPHAN e da Carta de Veneza.
- b. Elementos novos ou de reposição (estruturais ou arquitetônicos) deverão obedecer às premissas de forma, cor e função dos elementos originais. Em caso de adoção de soluções inovadoras, estas deverão ser devidamente justificadas tecnicamente e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.
- c. Materiais utilizados em intervenções em estruturas metálicas, alvenarias, pisos, forros, esquadrias e demais sistemas construtivos deverão contemplar tratamentos anticorrosivos, antifúngicos e demais medidas de proteção, conforme diagnóstico técnico.
- d. Materiais e técnicas tradicionais, quando identificados como parte integrante do valor cultural do bem, deverão ser reaplicados com base em estudos técnico-históricos e conforme critérios de autenticidade e conservação.

## 2. Elaboração dos Projetos

- a. Os projetos executivos devem ser desenvolvidos com base no projeto básico, respeitando a legislação vigente, em especial o Decreto-Lei nº 25/1937, a Lei nº 14.133/2021, as Normas de Acessibilidade (NBR 9050), Normas de Segurança e Contra Incêndio, e as diretrizes técnicas do IPHAN.
  - a. A entrega dos projetos deverá compreender:
    - i. Projeto executivo de Arquitetura, Restauro e Acessibilidade;
    - ii. Projetos Executivos Complementares (Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário, Climatização, Lógica, Paisagismo, Acústica, Hidráulica, Som e Áudio, Prevenção e Combate a Incêndio, Drenagem e Luminotécnico);
    - iii. Projeto Museográfico e Expográfico;
    - iv. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
    - v. Cronograma físico-financeiro;
    - vi. Documentação As Built ao final da obra.
  - c. O projeto básico previamente desenvolvido, composto pelo projeto de arquitetura e pelos projetos complementares, servirá como referência para a elaboração do projeto executivo e encontra-se formalmente adequado aos parâmetros técnicos exigidos para dotar a edificação de infraestrutura física, acessibilidade, conforto ambiental e instalações compatíveis com um espaço destinado à visitação pública. No entanto, em atendimento às demandas da comunidade e à vocação cultural do local, bem como às necessidades de preservação de vestígios arqueológicos previamente mapeados ou com base em laudos, estudos e diagnósticos de engenharia voltados à estabilização e conservação do bem frente a patologias identificadas, poderá ser necessária a adequação de determinados elementos do projeto.

## 3. Execução por Etapas

A execução será dividida em duas etapas principais:

## Etapa 1 - Compatibilização de projetos

Essa etapa corresponde à fase de planejamento técnico e coordenação das disciplinas de projeto, essencial para garantir a viabilidade, compatibilidade e qualidade da futura execução da obra.

- Consiste na integração e coordenação de todos os projetos técnicos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, de ar-condicionado, prevenção de incêndio, entre outros).
- Tem como objetivo identificar e resolver conflitos entre as diferentes especialidades antes do início da execução, evitando retrabalhos, desperdícios e atrasos.
- Pode incluir também a revisão e ajuste dos projetos executivos, com base nas condições reais do terreno, normas técnicas e requisitos do cliente.

## Etapa 2 - Execução de obras

Esta etapa compreende todas as atividades físicas realizadas no canteiro de obras, desde a preparação do terreno até a entrega final da edificação. Está dividida em subetapas sequenciais e parcialmente sobrepostas, conforme a lógica construtiva usual:

1. Preparação do Canteiro e Serviços Iniciais
  - a. Administração da Obra: Gestão técnica, administrativa e de segurança ao longo de toda a execução.
  - b. Instalação do Canteiro: Montagem de alojamentos, escritórios, depósitos, sanitários e demais instalações provisórias.
  - c. Serviços Preliminares: Limpeza do terreno, desmatamento, remoção de entulhos e demarcação do terreno.
  - d. Remoção: Demolição de estruturas existentes, quando aplicável.
  - e. Movimentação de Terra: Escavações, cortes, aterros e regularização do terreno.
2. Estrutura e Vedação
  - a. Estrutura: Execução dos elementos estruturais (fundação, pilares, vigas, lajes), responsáveis por suportar as cargas da edificação.
  - b. Alvenaria de Vedação: Elevação das paredes externas e internas com blocos cerâmicos ou de concreto, definindo os ambientes.
3. Cobertura e Proteção
  - a. Impermeabilização: Aplicação de sistemas impermeabilizantes em lajes, banheiros, áreas molhadas e subsolos.
  - b. Cobertura: Instalação da estrutura e dos elementos de telhado ou laje de cobertura, garantindo proteção contra intempéries.
4. Instalações Prediais (Elétricas, Hidrossanitárias e Especiais)
  - a. Instalação Elétrica: Montagem de quadros, eletrodutos, pontos de luz, tomadas e infraestrutura elétrica.
  - b. Alimentação Subestação: Conexão e instalação dos sistemas de entrada de energia de média/baixa tensão.
  - c. Instalações Hidrossanitárias: Redes de água fria, água quente, esgoto, águas pluviais e ventilação.
  - d. Instalações Especiais: Sistemas de incêndio, CFTV, controle de acesso, automação, entre outros.
  - e. Instalação de Ar-Condicionado: Infraestrutura e montagem dos equipamentos de climatização.
  - f. Essas instalações ocorrem de forma paralela às alvenarias e aos revestimentos, muitas vezes em etapas embutidas (pré-instalações) e aparentes (acabamento).
5. Esquadrias, Vidros e Elementos de Acabamento Estrutural



- a. Esquadrias: Fixação de portas e janelas de alumínio, PVC ou madeira.
  - b. Vidro: Instalação de vidros em esquadrias, guarda-corpos ou fachadas.
  - c. Corrimão e Guarda-Corpo: Elementos de segurança em escadas, varandas e aberturas.
  - d. Peças em Granito: Bancadas, soleiras, peitoris e outros elementos em pedra natural.
6. Acabamentos Internos e Externos
- a. Revestimento e Forro: Aplicação de forros de gesso acartonado, PVC ou outros materiais.
  - b. Revestimento em Argamassa/Cerâmico: Emboço, reboco e aplicação de azulejos ou porcelanatos em paredes.
  - c. Piso: Assentamento de pisos cerâmicos, porcelanatos, vinílicos, madeira, entre outros.
  - d. Pintura: Preparação e pintura de paredes, tetos e elementos metálicos.
7. Integração de Serviços Complementares
- a. Diversos: Atividades pontuais não classificadas nas demais categorias, como ajustes finos, pequenos reparos ou serviços de integração.
  - b. Paisagismo: Implantação de jardins, irrigação, iluminação externa e mobiliário urbano.
8. Encerramento da Obra
- a. Limpeza Final da Obra: Remoção de resíduos, lavagem de pisos, vidros e superfícies, preparando a edificação para entrega.
  - b. Essa estruturação reflete a sequência lógica e integrada das atividades construtivas, respeitando as interfaces técnicas entre especialidades e permitindo um controle eficaz do cronograma físico-financeiro da obra.
4. Ensaios, Prototipagem e Validação
- a. A CONTRATADA deverá apresentar protótipos, mock-ups ou maquetes eletrônicas virtuais de soluções inovadoras ou restaurativas para avaliação e validação prévias, especialmente em elementos estruturais, esquadrias e acabamentos.
  - b. Os ensaios deverão seguir protocolos reconhecidos e ser acompanhados pela equipe técnica do CONTRATANTE e, quando necessário, pelo IPHAN.
5. Sustentabilidade e Segurança
- a. Todas as etapas deverão observar práticas sustentáveis, com reaproveitamento de materiais, gestão de resíduos e minimização dos impactos ao entorno.
  - b. A obra deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo segurança dos trabalhadores e usuários, especialmente em áreas com circulação pública.
6. Canteiro de Obras e Logística
- a. A CONTRATADA será responsável pela implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras, com fornecimento de todas as instalações provisórias e definitivas necessárias, inclusive ligações com concessionárias de serviços públicos.
  - b. A logística de execução deverá considerar a manutenção da integridade das áreas arqueológicas, do entorno e das fachadas protegidas, minimizando interferências visuais e funcionais.
7. Fiscalização, Monitoramento e Qualidade

- a. O CONTRATANTE realizará a fiscalização contínua dos serviços e das entregas, conforme cronograma aprovado, exigindo correção de eventuais não conformidades ou falhas técnicas, garantindo que todas as etapas sejam executadas conforme as diretrizes estabelecidas e que a qualidade da restauração esteja em conformidade com as normas de preservação.
- b. A CONTRATADA deverá designar um responsável técnico legalmente habilitado para cada disciplina envolvida, além de prever equipe técnica qualificada, com experiência comprovada nas áreas requeridas, conforme especificado neste Termo de Referência. Tal exigência se justifica em razão da complexidade do projeto e da obra mencionados no presente Estudo Técnico Preliminar que demandam um alto nível de conhecimento, tanto de suas características construtivas e da sua finalidade, quanto no que se refere à condução adequada dos estudos arqueológicos necessários.
- c. As entregas deverão incluir relatórios técnicos e documentação técnica detalhada sobre o projeto, memoriais descritivos, orçamento, cronograma e planejamento para a execução da obra e documentação de controle de qualidade.

#### 8. Entrega da obra

A CONTRATADA realizará correção de serviços, não-conformidades em geral, reparo, demolição, refazimento, retirada de qualquer material, equipamento ou serviços identificados pelo CONTRATANTE e considerados inadequados, além da elaboração de projeto como construído.

### 5. Levantamento de Mercado

Considerando a singularidade da contratação a ser realizada, além do SINAPI, foram realizadas composição de preços utilizando valores de insumos SINAPI.

### 6. Descrição da solução como um todo

Elaboração dos projetos executivos, a realização de estudos técnicos de engenharia, com base nas premissas técnicas e conceituais do projeto básico existente, promovendo as adequações, complementações e detalhamentos necessários à sua consolidação, bem como a execução de obras de restauro e requalificação do Casarão Hermann Lundgren, localizado no Município de Olinda-PE.

A solução deverá contemplar, obrigatoriamente, diretrizes e planos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas restaurados e requalificados, considerando as características do bem tombado e a durabilidade das soluções adotadas. A CONTRATADA deverá também prever a prestação de assistência técnica durante o período mínimo de 12 (doze) meses após a entrega definitiva da obra, com visitas técnicas periódicas, orientações operacionais e suporte à equipe gestora quanto ao uso, monitoramento e conservação dos espaços e sistemas implantados.

### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades exatas dos serviços e insumos a serem contratados serão definidas a partir do desenvolvimento dos projetos executivos. De forma preliminar, estima-

se que a intervenção abrangerá a totalidade da área construída do Casarão Hermann Lundgren e sua área externa, que corresponde a 3.016.00 m².

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.582.236,81

O valor estimado da contratação é de R\$ 4.582.236,81, conforme previsto no orçamento preliminar.

Cabe destacar que, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado foi construído com base em orçamento sintético, compatível com os preços de mercado, considerando as especificidades técnicas do objeto e os parâmetros atualizados de custo para obras e serviços de engenharia.

A divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas estará disposto no Termo de Referência e Memorial Descritivo.

O critério de julgamento a ser adotado é o de Menor Preço, conforme o Art. 33, I da Lei nº 14.133/2021, e a justificativa se fundamenta nos seguintes pontos:

### 1. Enquadramento como Serviço Comum de Engenharia

A obra de restauração da Casa Hermann Lundgren, com área construída e sua área externa, que corresponde a 3.016.00 m², deve ser classificada como Serviço Comum de Engenharia para fins de critério de julgamento, conforme o Art. 6º, XXI, "a", da Lei nº 14.133/2021.

Apesar da natureza especializada da restauração em bem tombado, o objeto principal da contratação (a execução da obra) possui padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definíveis pela Administração, o que afasta a classificação como Serviço Especial de Engenharia (Art. 6º, XXI, "b").

- **Objetividade dos Padrões:** Os serviços de restauro, alvenaria, instalações e recuperação estrutural são regidos por normas técnicas (ABNT) e por especificações detalhadas do IPHAN (Cadernos Técnicos de Restauro, Portarias e Resoluções). Tais especificações tornam o desempenho e a qualidade da obra mensuráveis e controláveis, permitindo que a Administração exija um padrão de qualidade específico sem a necessidade de avaliação subjetiva de propostas técnicas.
- **Afastamento da Alta Heterogeneidade:** O Projeto Básico já estabeleceu as diretrizes e soluções de intervenção. O Projeto Executivo a ser elaborado pelo contratado é um mero detalhamento técnico-operacional dessas soluções, e não a concepção de uma solução inédita ou de alta complexidade que exigiria o critério de Técnica e Preço.

### 2. Ausência de Obrigatoriedade Legal do Critério de Técnica e Preço

A obrigatoriedade de adoção do critério de Melhor Técnica ou Técnica e Preço

(Art. 37, §2º da Lei nº 14.133/2021) não se aplica ao caso, pelos seguintes motivos:

- **Valor do Projeto Executivo:** O valor estimado para a elaboração do projeto executivo R\$ 177.588,52 (cento e setenta e sete mil, quinhentos oitenta e oito reais e cinquenta

em dois centavos) não ultrapassa o limite legal atualizado (R\$ 392.952,63), afastando a obrigatoriedade legal.

- Relatividade da Presunção Intelectual: Conforme jurisprudência do TCU (Acórdão nº 323/2025-Plenário), a presunção de natureza predominantemente intelectual do Projeto Executivo é relativa. No regime semi-integrado, a predominância é da execução da obra, que é um serviço comum de engenharia.

### 3. Garantia da Qualidade pela Habilitação

A qualidade da intervenção será garantida pelos rigorosos requisitos de Qualificação Técnico-Profissional (QTP) e Qualificação Técnica-Operacional (QTO), que exigem a comprovação de experiência prévia em obras similares de restauro em bens tombados. Estes requisitos atuam como um filtro de empresas inexperientes, assegurando a capacidade técnica do contratado antes da fase de julgamento, o que torna o Menor Preço o critério mais vantajoso e econômico para a Administração.

Conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, sendo a modalidade Concorrência, o regime de Empreitada Semi-Integrada e o critério de Menor Preço as escolhas mais adequadas. A obra de restauro é classificada como Serviço Comum de Engenharia para fins de critério de julgamento, e a qualidade da intervenção será assegurada pelos rigorosos requisitos de Qualificação Técnica exigidos na fase de habilitação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Entende-se, considerando o histórico do empreendimento que a execução de uma contratação semi-integrada, na qual a CONTRATADA é responsável por elaborar e desenvolver os executivos, executar obras e serviços de engenharia, não é cabível o parcelamento, com base nos seguintes critérios:

- A contratação abrange a elaboração de projetos executivos, estudos técnicos especializados de engenharia e a execução das obras de restauro e requalificação. A integração dessas etapas em um único contrato garante:
  - Coerência técnica: Alinhamento entre projetos e execução, evitando descon continuidades ou incompatibilidades, críticas em intervenções patrimoniais.
  - Eficiência processual: Redução de custos de coordenação entre múltiplos contratos e otimização de prazos.
- A contratação única assegura:
  - Responsabilidade centralizada: Um único contratado responde pelo cumprimento das diretrizes do IPHAN e das normas de patrimônio cultural.
  - Sincronia entre estudos e obra: Prospeções arqueológicas e diagnósticos técnicos devem orientar diretamente as intervenções, o que seria prejudicado por etapas parceladas.
- A contratação única permite negociar melhores condições de preço e prazo, além de facilitar a gestão orçamentária.
- O projeto está inserido no Novo PAC, que prioriza eficiência na execução de obras de patrimônio cultural.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Destaca-se que a contratação está inserida no Novo PAC que representa uma iniciativa estratégica voltada ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com foco na modernização da infraestrutura do país, o Novo PAC busca integrar investimentos públicos e privados em setores essenciais, visando promover o crescimento sustentável, reduzir desigualdades regionais e gerar emprego e renda.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi beneficiado pelo Eixo de Infraestrutura Social Inclusiva, no âmbito da Cultura, recebendo investimentos do Novo PAC para a retomada de 144 obras do antigo PAC Cidades Históricas (PAC CH) em 35 cidades do Brasil. O Programa também assegura a contratação de 105 novos projetos técnicos de arquitetura e complementares de engenharia de recuperação de patrimônios culturais materiais e imateriais, com tombamento federal, distribuídos em 83 cidades de todas as regiões do país. Entre os projetos apoiados estão o restauro de edificações históricas, a requalificação urbana de espaços históricos e a criação de estruturas para a preservação de sítios arqueológicos.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A realização deste trará benefícios multidimensionais (patrimoniais, sociais, culturais e funcionais) sendo estratégica para a preservação da memória histórica nacional e para o fortalecimento das políticas públicas de patrimônio cultural e inclusão.

A contratação proposta visa à preservação e requalificação de um bem tombado de inegável relevância histórica, técnica e simbólica para a memória urbana do Pernambuco e para a valorização da cultura brasileira. A restauração e adequação do Casarão Herman Lundgren permitirá a recuperação de suas características construtivas e funcionais originais, garantindo a integridade material do bem e sua permanência como Centro de Memória e Interpretação de Olinda.

Além do aspecto de salvaguarda patrimonial, a intervenção possibilitará a ativação do edifício para novos usos culturais, educativos e de valorização da memória social. Tais equipamentos contribuirão diretamente para a democratização do acesso ao patrimônio cultural.

Do ponto de vista funcional, a obra garantirá melhores condições estruturais, ambientais e de segurança, permitindo que o casarão seja utilizado de forma adequada e sustentável, com conforto e acessibilidade. Também se busca promover a valorização urbana da região, estimulando ações de educação patrimonial, turismo cultural e desenvolvimento local.

Por fim, a execução das obras e a implantação dos novos equipamentos culturais resultarão na geração de empregos diretos e indiretos, estimulando a economia local, fortalecendo cadeias produtivas ligadas à construção civil, restauração e gestão cultural, e promovendo oportunidades de trabalho, especialmente para profissionais e prestadores de serviços atuantes no território.

### 13. Providências a serem Adotadas

Caberá ao IPHAN a nomeação de gestores para executarem a fiscalização do contrato.

A fiscalização técnica dos serviços estabelecidos será efetuada por servidor designado da Superintendência Estadual do IPHAN no estado do Pernambuco e Escritório de Olinda, sendo a ele incumbida a tarefa de verificar a efetividade do serviço executado.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os resíduos resultantes do processo de demolição, construção e do próprio canteiro de obra deverão ser depositados em local apropriado. Deverão ser organizados e acondicionados em recipientes adequados segundo sua origem e composição, prevenindo acidentes e eventuais contaminações do solo e das pessoas. Serão regularmente retirados da obra e dispostos de forma ambientalmente correta e em locais legalmente licenciados. A coleta seletiva deverá ser instituída a partir do momento da instalação do canteiro de obras.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaro que este estudo demonstrou que a contratação é necessária e viável, uma vez que considerando que o IPHAN não possui estrutura física, material e humana para realizar a execução do empreendimento diretamente. Ademais, a contratação semi-integrada atende a realização de obras e serviços de engenharia juntamente com a elaboração de projetos que tem como objetivo a preservação do patrimônio histórico e cultural, atendendo a missão institucional do Iphan.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAROLINE DE BRANCO RODRIGUES PESSOA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 16:47:42.*

| ID | RISCO   | PROBABILIDADE | IMPACTO | RESULTADO   | TRATAMENTO | AÇÃO PREVENTIVA - DESCRIÇÃO   | AÇÃO PREVENTIVA - RESPONSÁVEL                      | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA - DESCRIÇÃO  | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA - RESPONSÁVEL                        |
|----|---|---------------|---------|---|------------|---|--|---|---|
| 1  | Fatos caracterizados na legislação vigente como "Fatos Príncipe"  | Baixa         | Médio   | Alteração do valor.   | Acetar.    | Estabelecer corretamente a responsabilidade pelas causas de alteração contratual.   | Equipe de Planejamento                             | Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 2  | Erro de execução por subcontratada; não atendimento das condições de aceitação dos serviços ou irregularidade cometida nos casos de subcontratação de serviços.   | Baixa         | Alto    | Alteração do prazo de entrega da obra.  | Mitigar.   | Estabelecer corretamente a responsabilidade pelas causas de erros de execução.<br>Realizar fiscalização diligente da execução da obra.  | Equipe de Planejamento.<br>Equipe de Fiscalização. | Solicitar o refazimento dos serviços executados.  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 3  | Mudanças no anteprojeto e documentos técnicos fornecidos pelo Iphan por solicitação da empresa contratada, buscando melhorias/ inovações nas frações previstas em documento técnico.  | Médio         | Baixo   | Alteração do prazo de entrega da obra. Alteração de meios de execução da obra.  | Acetar.    | Estabelecer corretamente documento técnico prevendo possibilidades de inovação ou melhorias no projeto e suas responsabilidades.  | Equipe de Planejamento.                            | Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças.   | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 4  | Indisponibilidade orçamentária para continuidade dos serviços   | Baixa         | Alto    | Falta de pagamento da empresa. Paralisação da obra.   | Mitigar.   | Alinhar a contratação ao planejamento orçamentário do Iphan/Fundarpe  | Equipe de Planejamento                             | Solicitar à Diretoria responsável a garantia de orçamento para execução da ação.  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 5  | Ocorrência de epidemia/pandemia durante a execução contratual que ocasionem impactos ao andamento do(s) serviço(s) devidamente comprovados.   | Baixa         | Alto    | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra. Alteração do valor.   | Mitigar.   | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 6  | Atos de vandalismo, roubos e furtos que causem danos às instalações ou aos equipamentos / materiais, antes do recebimento definitivo pela Contratante.  | Baixa         | Baixo   | Atraso na entrega da obra. Prejuízos financeiros.   | Mitigar.   | Prever cláusulas que prevejam a segurança do local das obras.   | Equipe de Planejamento                             | Aumento da segurança, se necessário. Alteração do prazo de entrega.   | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 7  | Custos e atrasos decorrentes de interferências com o patrimônio histórico, artístico e cultural de quaisquer tipos.   | Médio         | Médio   | Alteração do prazo de entrega da obra. Alteração de meios de execução da obra. Alteração do valor   | Mitigar.   | Estabelecer no anteprojeto e outros documentos as ações que devem ser realizadas para a preservação e atendimento das normas de proteção ao patrimônio histórico.   | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 8  | Gestão inadequada do(s) serviço(s) por parte da contratada, no que tange aos serviços executados ou não atendimento aos parâmetros de projeto, critérios de medição, normas técnicas e diretrizes, agentes reguladores ou quaisquer órgãos de controle e fiscalização externos. | Médio         | Médio   | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra.   | Mitigar.   | Estabelecer corretamente a responsabilidade pelas causas de erros de execução.<br>Realizar fiscalização diligente da execução da obra   | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 9  | Extinção antecipada do contrato   | Baixa         | Alto    | Obra não finalizada.  | Mitigar.   | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Convocar outra licitante para finalização das obras. Realizar nova licitação.   | Equipe de contratação.                                    |
| 10 | Caso fortuito ou força maior  | Baixa         | Médio   | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra. Alteração do valor.   | Mitigar.   | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 11 | Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças relativas ao empreendimento.  | Baixa         | Alto    | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra.   | Mitigar.   | Prever responsabilidades para obtenção de licenças. Fiscalizar os prazos de validade e obtenção de licenças.  | Equipe de Planejamento.                            | Aplicar sanção cabível. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro.   | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 12 | Valor mais elevado do que o previsto para a solução da recuperação e requalificação   | Baixa         | Médio   | Alteração do valor.   | Aceltar    | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Realizar alteração contratual para aumento do valor da ação.  | Equipe de Gestão de Contrato.                             |
| 13 | Achados arqueológicos   | Alta          | Alto    | Atraso na entrega da obra. Prejuízos financeiros.   | Aceltar    | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 14 | Achados arqueológicos   | Alta          | Alto    | Pode ser positivo, pois pode trazer uma propaganda positiva para o projeto  | Aceltar    | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 15 | Aprovação do projeto técnico de engenharia e arquitetura  | Alta          | Alto    | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra.   | Aceltar    | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 16 | Qualificação técnica da empresa não ter capacidade de execução financeira   | Alta          | Alto    | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra.   | Aceltar    | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 17 | Gestão do contrato do próprio IPHAN   | Médio         | Médio   | Alteração do prazo de entrega da obra. Paralisação da obra.   | Aceltar    | Prever cláusulas contratuais que prevejam a ocorrência e distribuir os riscos adequadamente.  | Equipe de Planejamento.                            | Paralisar a execução da obra. Realizar ajustes de cronograma físico-financeiro de acordo com as mudanças. Realizar alteração contratual.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 18 | Descoberta de patologias estruturais não previstas em projeto.  | Alta          | Alto    | Edificação antiga, com mais de 100 anos, sujeita a deterioração oculta (fungos, cupins, fissuras estruturais, problemas nas fundações).   | Mitigar.   | 1. Realizar vistoria técnica detalhada e diagnóstico prévio abrangente antes da elaboração do Termo de Referência. 2. Incluir no Edital cláusula que obrigue o licitante a apresentar metodologia para diagnóstico complementar no início da obra. 3. Prever no cronograma físico-financeiro etapa inicial dedicada à investigação e levantamento de patologias.  | Equipe de Planejamento.                            | 1. Paralisar a execução da obra na área afetada. 2. Realizar diagnóstico técnico de emergência para avaliar a extensão dos danos. 3. Elaborar e aprovar projeto complementar ou executivo para a solução da patologia. 4. Realizar alteração contratual para incluir os novos serviços, prazos e custos.  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 19 | Dificuldades logísticas para acesso e transporte de materiais e equipamentos.   | Médio         | Médio   | Localização em área histórica tombada (Setor B1), com ruas estreitas, trânsito intenso e restrições de circulação de veículos de grande porte.  | Mitigar.   | 1. Mapear rotas de acesso e definir pontos de descarga autorizados em conjunto com a prefeitura de Olinda. 2. Especificar no Termo de Referência os requisitos logísticos e exigir do licitante um plano de logística reversa e transporte. 3. Agendar entregas em horários de menor movimento.   | Equipe de Planejamento.                            | 1. Implementar rotas alternativas temporárias, se viável e autorizado. 2. Utilizar veículos de menor porte e/ou transporte manual (muletas) para trechos críticos. 3. Negociar e ajustar o cronograma físico-financeiro para acomodar os atrasos logísticos.  | Equipe de Gestão do Contrato (em coord. com a Contratad   |
| 20 | Variação significativa no preço de materiais históricos ou de acabamento específicos.   | Médio         | Alto    | Mercado de materiais de restauro (ex.: telhas de barro artesanal, madeiras nobres, argamassas especiais) é volátil e com poucos fornecedores.   | Mitigar.   | 1. Realizar pesquisa de mercado detalhada com diversos fornecedores de materiais de restauro. 2. Incluir no contrato cláusulas claras de reajuste de preços, vinculadas a índices setoriais ou pesquisa de mercado periódica. 3. Estabelecer margens de tolerância para variações de preço em itens específicos.  | Equipe de Planejamento.                            | 1. Alvar cláusula de reajuste conforme previsto no contrato. 2. Realizar nova pesquisa de mercado para buscar alternativas de fornecedores ou materiais similares (desde que aprovados tecnicamente). 3. Em último caso, submeter à autoridade superior a necessidade de suplementação orçamentária.  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 21 | Atraso na execução da obra devido a exigências do processo de tombamento.   | Médio         | Alto    | Necessidade de aprovação de etapas da obra pelo Conselho de Preservação do Patrimônio de Olinda, conforme Notificação Federal nº 1.155/79.  | Mitigar.   | 1. Incluir no cronograma da obra prazos específicos para submissão e aprovação de projetos executivos e etapas pela instância de preservação. 2. Designar um interlocutor do IPHAN para acompanhar e agilizar o trâmite junto ao Conselho. 3. Manter diálogo constante com o órgão gestor do tombamento.  | Equipe de Planejamento.                            | 1. Intensificar a interlocução com o Conselho de Preservação para agilizar a análise. 2. Reordenar o cronograma de obra para executar atividades que não dependam da aprovação pendente. 3. Formalizar junto ao órgão notificante a solicitação de prioridade no trâmite, justificando os impactos do atraso.   | Equipe de Gestão do Contrato (Interlocutor designado).    |
| 22 | Dificuldade em encontrar mão de obra qualificada em técnicas tradicionais de restauro.  | Baixa         | Médio   | Escassez de profissionais capacitados em técnicas construtivas históricas (ex.: alvenaria de taipa, carpintaria tradicional, pintura a cal).  | Mitigar.   | 1. Exigir no Termo de Referência que o licitante comprove experiência em obras de restauro e apresente a qualificação da equipe técnica e operacional. 2. Incluir no contrato a obrigatoriedade de capacitação de mão de obra local, se necessário.   | Equipe de Planejamento.                            | 1. Permitir que a contratada traga mão de obra especializada de outras localidades, arcando com os custos adicionais conforme contrato. 2. Em comum acordo com a contratada, aprovar um programa de capacitação acelerada para mão de obra local, ajustando prazos se necessário.   | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 23 | Descumprimento de prazos por parte do contratado.   | Médio         | Alto    | Má gestão do contratado, falta de recursos humanos ou materiais, ou eventos climáticos adversos.  | Mitigar.   | 1. Estabelecer cronograma físico-financeiro detalhado e realista, com marcos claros. 2. Prever penalidades contratuais (multas) por atraso, conforme Lei 14.133/2021. 3. Implementar reuniões periódicas de acompanhamento da obra.   | Equipe de Planejamento.                            | 1. Notificar formalmente a contratada, aplicando as penalidades contratuais por atraso (multas). 2. Convocar reunião de nívelamento para exigir a apresentação de um Plano de Aceleração de Obra (PAO). 3. Se o descumprimento persistir, notificar para que apresente justificativa formal, podendo levar à rescisão contratual.   | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.              |
| 24 | Problemas de qualidade no projeto executivo, gerando retrabalho ou inviabilizando a execução da obra.   | Alta          | Alto    | Falta de experiência do contratado em projetos de restauro; definição insuficiente dos requisitos técnicos no Termo de Referência; ausência de critérios claros de aceitação do projeto.  | Mitigar.   | 1. Definir no Termo de Referência, com extrema clareza, todos os requisitos técnicos, normas (ABNT, IPHAN, Notificação 1.155/79) e especificações de materiais. 2. Exigir no Edital que o licitante apresente equipe técnica com comprovada experiência em restauro de bens tombados. 3. Estabelecer etapas claras de entrega e aprovação do projeto, com checklists de verificação. 4. Prever a contratação de uma consultoria especializada para auditoria técnica do projeto, se necessário. | Equipe de Planejamento.                            | 1. Paralisar os serviços impactados pelo problema no projeto. 2. Notificar a contratada para apresentar, sob sua responsabilidade e custo, a correção do projeto no prazo determinado. 3. Contratar auditoria técnica independente (se previsto no contrato) para avaliar a qualidade do projeto e as soluções propostas. 4. Ajustar prazos e custos via termo aditivo, se os correções gerarem impactos não previstos. | Equipe de Gestão do Contrato (com apoio de consultoria, s |
| 25 | Obsolescência tecnológica e/ou deficiência de equipamentos  | Baixa         | Médio   | Impossibilidade da contratada em atingir os requisitos de qualidade previstos no Termo de Referência  | Transferir | Seguro de risco de engenharia. Condições de habilitação   | Equipe de Planejamento                             | Aplicar sanções e exigir atualização de equipamentos  | CONTRATADA  |
| 26 | Imprevistos econômicos  | Médio         | Alto    | Comprometimento da situação financeira da contratada, com risco de não conclusão da obra, acarretado por flutuação de câmbio ou aumento desproporcional do custo dos insumos; 2. Problemas de liquidez financeira da Contratada; 3. Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros; 4. Contratada apresenta problemas de caixa que prejudiquem o andamento e conclusão da obra; 5. Não obtenção do retorno econômico previsto na proposta, por força de fatores distintos dos previstos na presente matriz, como responsabilidade da CONTRATANTE. 6. Descontinuidade da prestação de serviços, ainda que públicos, ou no fornecimento de insumos ao CONTRATANTE, ou mudança do local de origem dos insumos e serviços. | Transferir | Seguro de risco de engenharia   | Equipe de Planejamento                             | Realizar reequilíbrio econômico-financeiro  | CONTRATADA  |
| 27 | Construção/implantação  | Médio         | Alto    | 1. Ocorrência de eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou aumentem os custos; 2. Problemas na estrutura predial projetada; 3. Problemas verificados na obra de erros construtivos da estrutura predial projetada, estruturas subdimensionadas; 4. Erros construtivos na execução da obra; 5. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações; 6. Vícios construtivos verificados na entrega da obra; 7. Problemas na implantação da edificação no terreno; 8. Problemas verificados quanto ao gabarito e locação de níveis da edificação no terreno; 9. Erro no valor e prazos para execução obra;                    | Transferir | Seguro de risco de engenharia   | Equipe de Planejamento                             | Condições de habilitação e sanções  | CONTRATADA  |
| 28 | Perda de Serviços   | Baixa         | Médio   | 1. Necessidade de refazimento de serviços concluídos, perdidos por questões climáticas ou outros eventos, excluídos aqueles decorrentes de intervenção da Contratante; 2. Reclamação de terceiros; 3. Prejuízos a terceiros causados direta ou indiretamente pela Contratada ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, em decorrência de obras ou da prestação dos serviços  | Transferir | Seguro de risco de engenharia   | Equipe de Planejamento                             | Condições de habilitação e refazimento  | CONTRATADA  |
| 29 | Danos   | Médio         | Alto    | 1. Danos à Administração Pública ou a terceiros decorrentes da execução da obra; 2. Falhas ou danos causados por fornecedores ou subcontratados;  | Transferir | Seguro de risco de engenharia   | Equipe de Planejamento                             | Condições de habilitação e indenizações   | CONTRATADA  |
| 30 | Tributos  | Baixa         | Médio   | 1. Criação ou aumento de tributos e encargos legais, exceto o imposto sobre a renda; 2. Alteração na ordem tributária superveniente à data limite para formulação da proposta, que onere a CONTRATADA, ressalvado imposto incidente sobre a renda ou lucro;   | Mitigar    | Revisão de Cronograma   | Equipe de Planejamento                             | Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional)  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 31 | Ocorrência de Roubo, furto, vandalismo, depredações, perdas   | Baixa         | Baixo   | 1. Custos adicionais causados por roubo, furto, vandalismo, depredação ou perda; 2. Segurança patrimonial e pessoal; 3. Prejuízos gerados por falta de segurança no canteiro.   | Transferir | Seguro de risco de engenharia. Condições de habilitação   | Equipe de Planejamento                             | Aumento de segurança e alteração de prazos  | CONTRATADA  |
| 32 | Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.  | Baixa         | Médio   | 1. Alteração legislativa ou regulatória após a publicação do EDITAL, no âmbito de qualquer ente federativo, que afetem diretamente os encargos e custos para a realização das obras.  | Mitigar    | Revisão de Cronograma   | Equipe de Planejamento                             | Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional)  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 33 | Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.  | Médio         | Alto    | 1. Custos causados por acidentes de trabalho, segurança inadequada ou ausente   | Transferir | Seguro de risco de engenharia   | Equipe de Planejamento                             | Aplicar sanções e paralisação temporária  | CONTRATADA  |
| 34 | Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada ou ações indenizatórias  | Médio         | Médio   | 1. Custos de ações judiciais de seus empregados e/ou terceiros contra a Contratada e/ou Subcontratadas decorrentes da execução do contrato  | Transferir | Seguro de risco de engenharia   | Equipe de Planejamento                             | Indenizações e rescisão se necessário   | CONTRATADA  |
| 35 | Inflação e flutuação cambial  | Médio         | Médio   | 1. Inflação, flutuação de câmbio, aumento de insumos desproporcionais, de custo de insumos.   | Mitigar    | Reajustamento; Reequilíbrio econômico-financeiro  | Equipe de Planejamento                             | Realizar reajuste conforme cláusulas  | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 36 | Vícios  | Baixa         | Médio   | Vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais nela empregados por razões imputáveis à contratada.   | Mitigar    | Fiscalização diligente  | Equipe de Fiscalização                             | Refazimento dos serviços  | CONTRATADA  |
| 37 | Vícios  | Médio         | Alto    | Vícios ou defeitos ocultos na infraestrutura ou na área transferida à Contratada para a execução da obra.   | Aceltar    | Vistoria prévia detalhada   | Equipe de Planejamento                             | Alteração contratual para correções   | Equipe de Gestão do Contrato.                             |
| 38 | Não atendimento dos parâmetros de qualidade previstos para a obra ou atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro por razões exclusivamente relacionadas ao desempenho insuficiente da contratada.   | Médio         | Alto    | Atraso na entrega e redução de qualidade da obra  | Mitigar    | Estabelecer critérios claros de medição e fiscalização  | Equipe de Planejamento                             | Aplicar multas e exigir aceleração  | CONTRATADA  |
| 39 | Interrupção do tráfego  | Baixo         | Baixo   | Atraso na execução do cronograma  | Mitigar    | Plano de ataque à obra, simulação das condições operacionais e tratativas junto aos órgãos  | Equipe de Planejamento                             | Reordenar atividades e notificar órgãos   | CONTRATADA  |
| 40 | Gestão dos resíduos da obra   | Médio         | Baixo   | Multas ambientais e atrasos por descarte inadequado   | Mitigar    | Plano de gestão de resíduos no TR   | Equipe de Planejamento                             | Aplicar sanções e corrigir descarte   | CONTRATADA  |

|    |  |       |       |   |            |  |                                       |  |   |
|----|--|-------|-------|---|------------|--|---------------------------------------|--|---|
| 41 | Meio Ambiente  | Médio | Médio | 1. Degradação de área na prestação dos serviços, adstrito aos fatos ocorridos a partir do início da obra; 2. Poluição, inclusive sonora e olfativa, e erosão, adstrito aos fatos ocorridos a partir do início das obras; 3. Multas e ações judiciais por descarte inadequado de resíduos 4. Embargo ambiental de locais de deposição de material de bota-fora; 5. Atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores; 6. Danos ambientais;  | Mitigar    | Cumprimento da legislação; Controle e Monitoramento do Meio Ambiente; Pessoal qualificado; Equipamentos licenciados;   | Equipe de Planejamento                | Paralisação e correção ambiental   | CONTRATADA                                  |
| 42 | Autorizações, Licenças e permissões  | Médio | Alto  | 1. Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões exigidas para execução das obras. 2. Não obtenção das licenças de instalação e operação 3. Atraso ou não renovação das licenças quando do seu vencimento  | Mitigar    | Controle e Monitoramento do licenciamento;   | Equipe de Planejamento                | Aplicar sanções e ajustar prazos   | CONTRATADA                                  |
| 43 | Autorizações, Licenças e permissões  | Médio | Alto  | 4. Atrasos na liberação do acesso ao local das obras, em desapropriações, ou simplesmente decorrentes de não haver frentes liberadas para o contratado iniciar o rendimento;  | Mitigar    | Controle e Monitoramento do licenciamento;   | Equipe de Planejamento                | Revisão de cronograma  | Equipe de Gestão do Contrato.               |
| 44 | Projeto, orçamento e prazos.   | Médio | Alto  | 1. Projetos realizados de maneira inadequada ou ineficiente, com indicação de soluções não condizentes com as diretrizes e especificações do anteprojeto; 2. Dificuldade de seguir o Anteprojeto. 3. Dificuldade de incluir nos projetos especificações básicas. 4. Dificuldade de cumprir o cronograma da elaboração dos Projetos. 5. Estimativa incorreta do cronograma de execução, de investimentos e aspectos congêneres. 6. Dificuldade de cumprir o cronograma para aprovação dos projetos. 7. Gerenciamento de projeto inadequado. 8. Custos devido a má gestão do projeto; 9. Erros devido a projetos mal elaborados; 10. Problemas causados devido a erros nos projetos Complementares; 11. Custos e prazos incorretos. | Transferir | Seguro de Engenharia   | Equipe de Planejamento                | Não pagamento se os níveis de serviço exigidos nos critérios de aceitabilidade expostos no Termo de Referência ou Critério de pagamento não forem atingidos;   | CONTRATADA                                  |
| 45 | Análise de Projeto   | Médio | Médio | 1. Atraso na análise dos projetos; Eventual atraso de cronograma executivo sem causa dada pela contratada.  | Aceitar    | Fiscalização ágil  | Equipe de Fiscalização                | Reprogramação do cronograma físico-financeiro e análise dos impactos à contratada.   | Equipe de Gestão do Contrato.               |
| 46 | Modificações das especificações do projeto técnico e de serviços   | Médio | Alto  | 1. Mudanças no Projeto Básico por solicitação do IPHAN, salvo se tais mudanças decorrerem da não conformidade do Projeto Básico com a legislação em vigor. 2. Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do DER-ES, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA, observados os limites previstos na Lei 14133/2021.  | Aceitar    | Diálogo constante  | Equipe de Planejamento                | Reprogramação do cronograma físico-financeiro e análise dos impactos à contratada.   | Equipe de Gestão do Contrato.               |
| 47 | Modificações das especificações do projeto técnico e de serviços   | Baixa | Médio | 3. Mudanças dos projetos apresentados pela Contratada que não tenham sido solicitadas pelo CONTRATANTE  | Mitigar    | Verificação técnica  | Equipe de Fiscalização                | Responsabilidade da solução de engenharia do Contratado  | CONTRATADA                                  |
| 48 | Limpeza e locação do terreno   | Baixa | Baixo | 1. Acréscimo do volume de material proveniente de limpeza do terreno, com adicional de carga, transporte e disposição   | Transferir | Plano de limpeza no Termo de Referência  | Equipe de Planejamento                | Seguro risco de engenharia   | CONTRATADA                                  |
| 49 | Risco geológico  | Médio | Alto  | 1 Descoberta de interferências não identificáveis através de sondagem; 2. Situação geológica diferente da prevista  | Aceitar    | Estudos de sondagens   | Equipe de Planejamento                | Alteração contratual   | CONTRATANTE                                 |
| 50 | Risco geológico  | Médio | Alto  | 3. Acréscimos de serviços necessários à estabilização de taludes. 4. Problemas de movimentação de terra/contenção; 5. Problemas entre os cortes, aterros e contenções projetados e executado.   | Transferir | Seguro de risco de engenharia  | Equipe de Planejamento                | Aplicar seguro e ajustes   | CONTRATADA                                  |
| 51 | Interferências com concessionárias   | Médio | Médio | 1. Interferência da obra com instalações das concessionárias de serviços públicos, incluindo a necessidade da relocação.  | Transferir | Seguro de risco de engenharia  | Equipe de Planejamento                | Coordenação com concessionárias e ajustes  | CONTRATADA                                  |
| 52 | Decisão Judicial   | Baixa | Alto  | 1. Decisão judicial que suspenda ou impeça a execução dos serviços, decorrentes de fatos alheios à Contratada   | Aceitar    | Cumprimento legal rigoroso   | Equipe Jurídica                       | Revisão de Cronograma  | Contratante                                 |
| 53 | Desapropriação   | Médio | Alto  | 1. Atrasos ou omissões na realização de desapropriações, necessárias para a realização da obra  | Mitigar    | Planejamento de desapropriações  | Equipe de Planejamento                | Revisão de Cronograma  | Contratante                                 |
| 54 | Eventos sociais  | Baixa | Médio | 1. Comoções sociais, protestos ou greves que causem aumento de custos, perda de receitas, ou atrasem o cronograma de realização das obras.  | Aceitar    | Monitoramento social   | Equipe de Planejamento                | Paralisação temporária e ajustes   | Equipe de Gestão do Contrato                |
| 55 | Eventos sociais  | Médio | Médio | 2. Greves realizadas por empregados da Contratada e/ou das Subcontratadas.  | Transferir | Seguro de risco de engenharia  | Equipe de Planejamento                | Seguro risco de engenharia   | CONTRATADA                                  |
| 56 | Alterações normativas  | Baixa | Médio | Alterações em leis ou normas que impactem o contrato  | Mitigar    | Monitoramento legislativo  | Equipe Jurídica                       | Reequilíbrio econômico-financeiro  | Equipe de Gestão do Contrato                |
| 57 | Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc). | Médio | Médio | Possibilidade de aumento de custos não previstos, principalmente com mobilização e desmobilização da equipe e de equipamentos, alugueis de estruturas para abrigar os canteiro de obras, gerenciamento de obras, dentre outros que poderão ser reclamados pela Contratada   | Mitigar    | Verificar junto ao setor competente no Campus, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação   | CONTRATANTE                           | Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados. Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato.   | CONTRATANTE                                 |
| 58 | Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais.   | Baixa | Médio | Atraso no cronograma e paralisação temporária   | Mitigar    | Previsão climática no planejamento   | Equipe de Planejamento                | Ajustes no cronograma físico-financeiro  | Equipe de Gestão do Contrato                |
| 59 | Riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto executivo pelo contratado.   | Médio | Alto  | Necessidade de alteração contratual, aumento de custos ou atraso na execução da obra.   | Mitigar    | Alocação clara de responsabilidade na Matriz de Riscos, conforme Art. 22, § 4º da Lei 14.133/2021, atribuindo ao Contratado a responsabilidade integral por esses riscos.  | Equipe de Planejamento                | Recusa em realizar alteração contratual ou suplementação de recursos, exceto nos casos previstos em lei (Art. 124, § 2º, I, II e III da Lei 14.133/2021).  | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato |
| 60 | Alteração do Projeto Básico pela Contratada sem a devida demonstração de superioridade técnica ou econômica.   | Baixa | Alto  | Prejuízo à qualidade, redução da vida útil do empreendimento ou desequilíbrio econômico-contrato, do  | Mitigar    | Estabelecer critérios rigorosos para aprovação de alterações no Projeto Básico, exigindo demonstração de superioridade (redução de custos, aumento de qualidade, redução de prazo ou facilidade de manutenção/operação), conforme Art. 46, § 5º da Lei 14.133/2021.  | Equipe de Planejamento                | Rejeitar a alteração proposta. Aplicar sanções contratuais cabíveis e exigir o cumprimento do Projeto Básico original.   | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato |
| 61 | Inadequação ou falha na elaboração do Projeto Executivo por parte do Contratado.   | Médio | Alto  | Atrasos na execução, necessidade de refazer serviços ou aumento de custos não previstos.  | Mitigar    | Exigir comprovação de qualificação técnica e experiência prévia do Contratado na elaboração de projetos executivos. Fiscalização rigorosa da fase de elaboração do Projeto Executivo.  | Equipe de Planejamento e Fiscalização | Notificar o Contratado para correção imediata das falhas. Em caso de inércia, aplicar sanções e, se necessário, rescindir o contrato e contratar um terceiro para a conclusão do projeto e obra.   | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato |
| 62 | Vícios no processo licitatório que levem à impugnação, suspensão ou anulação do certame.   | Médio | Alto  | Erros na definição do objeto, critérios de julgamento ambíguos, exigências indevidas, falta de motivação em decisões, desrespeito ao princípio da vinculação ao edital.   | Mitigar.   | 1. Realizar uma minuciosa revisão jurídica de todos os documentos (TR, Edital, Minuta de Contrato) antes da publicação, garantindo conformidade com a Lei 14.133/2021 e com os modelos padronizados da AGU/MGI. 2. Promover uma "simulação de impugnação" interna, onde a equipe jurídica e técnica analisam o edital sob a ótica de um licitante. 3. Garantir que todas as decisões (escolha da metodologia de preço, critérios de habilitação, etc.) estejam devidamente motivadas nos autos. 4. Manter comunicação clara e transparente com todos os potenciais licitantes durante a fase de esclarecimentos. | Equipe de Planejamento.               | 1. Preparar defesa técnica e jurídica robusta para responder a eventuais impugnações. 2. Se anulado, reavaliar todo o processo de planejamento (TR, Edital) com as correções necessárias e realizar nova licitação. 3. Avaliar, com base na legislação (Lei 14.133/21), a possibilidade de utilização de outra modalidade de licitação ou de contratação direta (apenas se cabível). | Equipe Jurídica e Equipe de Planejamento.   |
| 63 | Inadequação do anteprojeto fornecido pela administração, levando a revisões no projeto executivo.  | Médio | Alto  | Atrasos na aprovação do projeto executivo e aumento de custos para o contratado.  | Aceitar    | Realizar revisão detalhada do anteprojeto antes da licitação, conforme diretrizes da Lei 14.133/2021 para regimes semi-integrados.   | CONTRATANTE (Equipe de Planejamento)  | Realizar alteração contratual para reequilíbrio, com análise de impactos no cronograma e custos.   | Equipe de Gestão do Contrato                |
| 64 | Rejeição de inovações técnicas propostas pelo contratado no projeto executivo.   | Baixa | Médio | Necessidade de refazer partes do projeto, causando atrasos moderados.   | Mitigar    | Estabelecer critérios claros no TR para avaliação de inovações, exigindo demonstração de superioridade técnica/econômica.  | Equipe de Planejamento                | Negociar ajustes e, se necessário, aprovar via aditivo, com fiscalização independente.   | Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato |
| 65 | Desequilíbrio econômico-financeiro devido a mudanças no escopo do projeto executivo impostas pela administração.   | Médio | Alto  | Aumento significativo de custos ou prazos, podendo levar à paralisação.   | Mitigar    | Alocar riscos na matriz inicial, prevendo cláusulas de reequilíbrio conforme Art. 124 da Lei 14.133/2021.  | Equipe de Planejamento                | Ativar reequilíbrio via aditivo contratual, com análise jurídica e suplementação orçamentária se cabível.  | CONTRATANTE (Equipe de Gestão do Contrato)  |





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

## ANEXO VII. MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 01498.000973/2024-42

**Unidade Gestora:**IPHAN/PE

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
XXXX/2026, QUE CELEBRAM  
ENTRE SI O INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO NACIONAL E A [DIGITE  
AQUI O NOME DA EMPRESA].**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por intermédio da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, com sede à Rua Floriano Peixoto, 160, São José - Recife/PE, 26.474.056/0001-71, neste ato representado pelo Superintendente, Frederico de Vasconcelos Brennand, pela Portaria nº 496, de 18 de julho de 2025, publicada no DOU , nomeado(a) em 21/07/2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO],, e o(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), tendo em vista o que consta no Processo nº 01498.000973/2024-42 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº /2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1. Objeto da contratação:

1.2. Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do pertencente ao bem tombado “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda”, CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE, situado na Avenida da Liberdade, nº 258, no bairro do Carmo, no município do Olinda-PE, para adequação do imóvel para abrigar o Centro de Memória, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|-------------|
|      |               |        |                   |            |             |



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

|   |   |      |         |   |  |
|---|---|------|---------|---|--|
| 1 | Contratação semi-integrada de empresa ou consórcio especializado para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de restauração do pertencente ao bem tombado "Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda", CASARÃO HERMANN LUDGREN COM IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MEMÓRIA OLINDA/PE, situado na Avenida da Liberdade, nº258, no bairro do Carmo, no município do Olinda-PE, para adequação do imóvel para abrigar o Centro de Memória. | 4545 | Serviço | 1 |  |
|---|---|------|---------|---|--|

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de contratação semi-integrada.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 21 (vinte e um) meses contados da assinatura do contrato, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/21.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 2.3. A vigência contratual poderá abranger exercícios financeiros futuros, estando sua continuidade condicionada à disponibilidade orçamentária e previsão no Plano Plurianual (PPA) vigente.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCO**

4.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

- 4.1.1. fatos do príncipe, alterações legislativas ou decisões judiciais supervenientes que impactem a execução do contrato ou o equilíbrio econômico-financeiro;
- 4.1.2. indisponibilidade ou insuficiência orçamentária, atraso na liberação do local da obra, frentes de serviço ou desapropriações necessárias à execução do objeto;
- 4.1.3. inadequação do anteprojeto ou dos documentos técnicos fornecidos pela Administração, bem como alterações de projeto ou de especificações técnicas determinadas pela Administração, desde que não decorrentes de erro ou omissão do CONTRATADO;
- 4.1.4. descoberta de vícios ocultos na infraestrutura, interferências patrimoniais, achados arqueológicos ou riscos geológicos não identificáveis previamente por estudos técnicos razoáveis;
- 4.1.5. atrasos na análise ou aprovação de projetos por órgãos públicos competentes ou entidades responsáveis pela preservação do patrimônio histórico, quando não decorrentes de falhas do CONTRATADO.

4.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

- 4.2.1. erros de execução da obra, falhas de gestão, descumprimento do cronograma físico-financeiro ou não atendimento às normas técnicas e especificações contratuais;
  - 4.2.2. vícios construtivos, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, bem como falhas de projeto executivo elaborado pelo próprio CONTRATADO;
  - 4.2.3. danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, inclusive por subcontratados, fornecedores ou prepostos;
  - 4.2.4. descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou de segurança do trabalho, inclusive acidentes ocorridos no canteiro de obras;
  - 4.2.5. prejuízos decorrentes de roubo, furto, vandalismo, depredação ou falhas de segurança no canteiro de obras antes do recebimento definitivo;
  - 4.2.6. deficiências operacionais, logísticas, tecnológicas ou de capacidade técnica ou financeira da empresa contratada.
- 4.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:
- 4.3.1. ocorrência de caso fortuito ou força maior, incluindo epidemias, pandemias, eventos climáticos severos ou outras situações imprevisíveis que afetem a execução contratual;
  - 4.3.2. variações significativas de preços de insumos, inflação, flutuações cambiais ou oscilações extraordinárias no mercado de materiais de construção ou restauro;



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

- 4.3.3. eventos sociais relevantes, como greves generalizadas, manifestações ou outras ocorrências que causem paralisações ou atrasos relevantes na execução da obra.

#### **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

- 6.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA- PAGAMENTO**

- 7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

- 8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

- 9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 9.9. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 9.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 9.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 9.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 9.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 9.9.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- e
- 9.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 9.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.12. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90(noventa) dias.
- 9.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 9.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

- 9.18. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 9.19. a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 9.20. b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 9.21. c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 9.22. D) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- 9.23. e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 9.24. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 9.25. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 9.26. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 10.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.9. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.10.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.10.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.10.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

10.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.12. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.15. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação

10.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.21. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.23. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.25. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.26. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.27. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 10.29. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.30. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.31. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 10.31.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.32. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

- 10.33. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.34. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 10.35. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.36. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 10.37. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.38. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.39. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.40. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.41. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 10.42. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 10.43. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 10.44. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 10.45. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 10.46. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 10.47. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 10.48. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 10.49. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 10.50. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 10.51. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

10.52. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

10.53. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

10.53.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

10.54. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

10.55. florestas plantadas; e

10.56. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.57. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.57.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.57.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

10.57.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

10.57.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.58. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

10.58.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

10.59. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.59.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.59.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.59.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.59.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.60. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.61. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.62. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.62.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

10.62.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

10.63. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

10.64. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



#### INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

10.65. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.66. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10.67. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

10.68. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

10.69. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10.70. Juntar a ulterior do RRT (arts. 45 e 46da Lei nº 12.378, de 2010) e/ou da ART (arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496, de 1977) e/ou do TRT (arts. 16 e 19 da Lei nº 13.639, de 2018), relativos aos serviços de arquitetura, engenharia ou técnica industrial, respectivamente, para fins de identificação da responsabilidade técnica pela execução contratual.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

- 11.4. Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

14.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

14.3.2. e poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.3.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

14.5. *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- i. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- i. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- ii. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. É vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

15.6.1. para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior.

15.6.2. por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

15.6.3. por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

15.6.4. por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração (art. 133 da Lei nº 14.133/2021).

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...];
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

- 18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**

- 19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife, Seção Judiciária de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.